

nucleos

Instituto de Seguridade Social

Relatório Anual da Diretoria Executiva Exercício de 2007



Índice

Administração	02
Mensagem da Diretoria Executiva	03
Fatos Marcantes de 2007	
Mais perto do primeiro bilhão de reais	05
Renovação em processo democrático	06
Novo titular à frente da Presidência	06
Dívida da Nuclep foi parcialmente equacionada	07
Certificação da Norma ISO 9001:2000 foi mantida	07
Administração do Nucleos foi bem avaliada pelos participantes	07
Custeio administrativo do Nucleos fica em 8,81% das contribuições	08
Informações Relativas às Alterações do Regulamento	09
Gestão Previdencial	11
1. Distribuição de Participantes e Assistidos no Plano	11
2. Recursos Coletados	13
3. Recursos Utilizados	14
4. Comparativo de Recursos Coletados e Utilizados	15
5. Avaliação Atuarial	17
Gestão Assistencial	21
1. Breve histórico	21
2. Análise Financeira	21
3. Custeio Administrativo	22
4. Distribuição dos Beneficiários	23
5. Comparativo Nucleos e Segmento de Autogestão	25
Gestão Financeira e de Investimentos	27
1. Breve histórico do mercado financeiro em 2007	27
2. Composição da carteira de investimentos	28
3. Rentabilidade dos investimentos	31
4. Análise de Risco	35
5. Custos com Administração dos Investimentos	37
Demonstrações Patrimoniais e de Resultados	38
Demonstrações Contábeis	41
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	44
Pareceres	60

nucleos

Instituto de Seguridade Social

Relatório Anual da Diretoria Executiva Exercício de 2007



Rua Rodrigo Silva, 26/15º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20011-040
Tel./Fax: (21) 3970-3682
www.nucleos.com.br



ADMINISTRAÇÃO

O Nucleos, constituído em 22/12/78 e iniciando suas operações em 01/09/79, é uma entidade fechada de previdência complementar e tem como patrocinadoras, além do próprio Instituto, as seguintes empresas: Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB; Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear e Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep.

Conselho Deliberativo

Efetivos

Norman Victor Walter Hime

Presidente – Eletronuclear

Paulo Roberto Ribeiro Barbosa

INB

Maria Aparecida da Silva

Nuclep

José de Mello Vilella

Representante Eleito dos Participantes - INB

Mário Jorge de Lima Soares

Representante Eleito dos Participantes – Asan

Paulo Sérgio Poggian

Representante Eleito dos Participantes - Nuclep

Suplentes

Armindo D’Ascensão Silva

Eletronuclear

Nelson Ramos Nogueira Filho

INB

Júlio Cezar Arruda de Carvalho

Nuclep

Roberto Dias Saraiva

Representante Eleito dos Participantes - INB

Maria Cristina Gomes

Representante Eleita dos Participantes – Asan

Carlos Fernandes

Representante Eleito dos Participantes - Eletronuclear

Conselho Fiscal

Efetivos

Judson Wilian Monteiro de Souza

Presidente - Representante Eleito dos Participantes – INB

Jorge Francisco Virginio de Souza

Nuclep

Gilberto da Silva Campos

INB

Ricardo Matta Sampaio

Representante Eleito dos Participantes - Nuclep

Suplentes

Paulo Romar Carril

Representante Eleito dos Participantes - INB

Everaldo Guedes Reis

Nuclep

Fernando Cesar Braz Teixeira

INB

Sylvio Patapio Moreira

Representante Eleito dos Participantes - Nuclep

Diretoria Executiva

Luiz Claudio Levy Cardoso

Presidente e Diretor de Benefícios Interinos

José Raphael Oliveira da Silva

Diretor Financeiro

Comitê Consultivo de Investimentos (órgão não estatutário)

Mário Jorge de Lima Soares - Coordenador

Representante do Conselho Deliberativo – INB

Nelson Nogueira Filho

Representante do Conselho Deliberativo – INB

Paulo Roberto Ribeiro Barbosa

Representante do Conselho Deliberativo – INB

Martinho Duarte Filho - Vice-Coordenador

Membro indicado pelo CD – Aposentado da Eletronuclear

Edson Teixeira Ribeiro

Membro indicado pelo CD – Aposentado da INB

Ricardo Antunes Correa

Membro indicado pelo CD - Nuclep

Observação: os diretores do Nucleos participam como membros efetivos do Comitê Consultivo de Investimentos.

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

O futuro em nossas mãos

Se comparado ao exercício anterior, 2007 pode ser resumido como um ano bastante tranquilo, positivo e de grandes conquistas para o Nucleos. Contribuiu para este cenário o fato de que, favorecido pela conjuntura econômica internacional, o Brasil não viveu grandes sobressaltos ao longo daqueles 12 meses. Ao contrário, o país caminhou na direção de um crescimento rápido e consistente. E foi esta, também, a trajetória do Nucleos no ano passado.

De janeiro a dezembro, o Instituto experimentou grandes avanços — não só relacionados à qualidade da gestão e à performance dos investimentos, mas em todas as áreas. A exemplo do que ocorreu em relação à INB, meses antes, a solução ainda que parcial da dívida da Nuclep demonstra o empenho e o compromisso do Instituto no sentido de solucionar a questão. O aumento das contribuições, um “fantasma” que assombrou a todos, Nucleos, patrocinadoras e principalmente, nossos participantes, desapareceu, graças, justamente, ao acordo com a Nuclep.

Não há também como deixar de destacar aqui importantes conquistas como a renovação parcial e democrática, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e a certificação da Norma ISO 9001:2000, mantida com méritos indiscutíveis. Igualmente importante foi o resultado da pesquisa de opinião, que mediu o grau de satisfação dos participantes em relação aos produtos e serviços oferecidos pelo Instituto. A partir dos resultados obtidos, foi possível identificar falhas, planejar ações corretivas e assim, aprimorar a relação do Instituto com todos os seus participantes.

Por meio de uma administração transparente, responsável e, sobretudo, comprometida com os interesses dos participantes e assistidos, colhemos os bons frutos agora compartilhados e que, certamente, frutificarão a cada dia. Temos consciência de que os recursos e o futuro de milhares de pessoas estão em nossas mãos. E, como provou o exercício de 2007, em boas mãos.





Fatos Marcantes de 2007

Mais perto do primeiro bilhão de reais

Nucleos superou em setembro a meta atuarial do ano inteiro e fechou 2007 com R\$ 970 milhões de patrimônio.

Em setembro de 2005, o patrimônio do Nucleos mal ultrapassava a casa de R\$ 500 milhões. Dois anos depois, como resultado evidente da mudança de gestão — eficaz e transparente — de seus recursos, o Instituto fechou o exercício de 2007 com um patrimônio acumulado de R\$ 970 milhões. Em setembro do ano passado, a rentabilidade dos seus recursos já ultrapassava, com folga, a meta atuarial estabelecida para os 12 meses — de 11,47%.

O resultado positivo de 2007 é consequência de uma política de investimentos criteriosa e acertada, além de altamente profissional e, hoje, respeitada e reconhecida em todo o segmento de fundos de pensão do país. Em 2007, como no ano anterior, o Nucleos precisou de ajustes, de forma a eliminar investimentos historicamente deficitários — como a venda do Shopping Light — e priorizar o mercado de renda fixa e os fundos de investimentos em ações, particularmente rentáveis ao longo dos 12 meses do exercício.

Assim, o Nucleos fecha o ano com um patrimônio próximo a 1 bilhão de reais.

Renovação em processo democrático

Participantes escolheram em maio seus novos representantes nos Conselhos Deliberativo e Fiscal

No mês de maio, em processo democrático e transparente, os cerca de 3.400 participantes e assistidos do Núcleo elegeram seus novos representantes no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal. A partir da publicação e descrição detalhada no site e informativos do Instituto dos procedimentos e normas do processo eleitoral, sete chapas devidamente homologadas concorreram entre si para três vagas do Conselho Deliberativo e uma chapa única para o Conselho Fiscal. A posse dos novos membros ocorreu no dia 18 de junho.

rativo e no Conselho Fiscal. A partir da publicação e descrição detalhada no site e informativos do Instituto dos procedimentos e normas do processo eleitoral, sete chapas devidamente ho-

mologadas concorreram entre si para três vagas do Conselho Deliberativo e uma chapa única para o Conselho Fiscal. A posse dos novos membros ocorreu no dia 18 de junho.

Os novos membros do Conselho Deliberativo:

José de Mello Vilella (Titular) e Roberto Dias Saraiva (Suplente)
Representantes Eleitos dos Participantes - INB

Mário Jorge de Lima Soares (Titular) e Maria Cristina Gomes (Suplente)
Representantes Eleitos dos Participantes – Asan

Paulo Sérgio Poggian (Titular) e Carlos Fernandes (Suplente)
Representante Eleito dos Participantes – Nuclep e Eletronuclear

Os novos membros do Conselho Fiscal:

Ricardo Matta Sampaio (Titular) e Sylvio Patapio Moreira (Suplente)
Representantes Eleitos dos Participantes - Nuclep

O Núcleo não poderia deixar de registrar o agradecimento aos que cumpriram sua missão, os conselheiros deliberativos Martinho Duarte Filho, Neildo de Souza Jorge, André Luiz Fernandes de Almeida e seus suplentes Romar Batista Bonifácio e Devani Correia, e aos conselheiros fiscais Clezio dos Santos Oliveira, Jair Nunes Almas e seus suplentes Claudionor Alves Teixeira e Paulo César da Rocha Dantas, que, com sua participação, esforço e dedicação, contribuíram também para os resultados aqui alcançados.

Novo titular à frente da Presidência

Depois de 11 anos, Marcos Elias deixou o Núcleo e foi substituído por Luiz Claudio Levy Cardoso

Em julho, Marcos da Rocha Elias deixou o Núcleo, partindo para um novo desafio profissional, depois de 11 anos de trabalho no Instituto, dois deles à frente da sua Presidência e Diretoria de Benefícios. Para o seu lugar e com mandato interino até 31 de dezembro de 2007, o Conselho Deliberativo indicou o economista Luiz Claudio Levy Cardoso.

O Sr. Luiz Claudio Levy Cardoso, especialista com MBA em finanças pelo IBMEC, foi gerente financeiro na Petrobras, em New York / Houston - USA (1984/1987), trabalhou como consultor na prospecção de novos negócios para o mercado brasileiro de exportações (1987/1990), exerceu a chefia de operações no Instituto Aerus de

Seguridade Social (1992/1998), foi economista da Senior Corretora de Títulos e Valores Imobiliários (1999/2001) e como funcionário de carreira da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e membro, há três anos, do Comitê Consultivo de Investimentos do Núcleo, tem vasta experiência nas áreas financeira e de previdência social.

Dívida da Nuclep foi parcialmente equacionada

Com isso, a ameaça de aumento das contribuições felizmente não se concretizou

Após nova rodada de negociações, foi assinado no dia 21 de novembro um termo de acordo com a Nuclep no valor de cerca de R\$ 120 milhões. Este volume de recursos foi destinado ao equacionamento parcial da dívida da patrocinadora com o Nucleos. O referido acordo não implicou na desistência da ação de cobrança da dívida total,

em fase de apelação no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Contudo, ele proporcionou a eliminação do déficit do Instituto e, com isso, o Conselho Deliberativo decidiu cancelar o aumento das contribuições de participantes, assistidos e patrocinadoras.

Inicialmente, o aumento das contribuições estava previsto para

entrar em vigor no mês de julho. Após uma série de reuniões, as negociações entre os dirigentes do Nucleos e da Nuclep evoluíram positivamente, adiando dessa forma o aumento das contribuições de julho para dezembro até a conclusão do acordo, que cancelou definitivamente o aumento.

Certificação da Norma ISO 9001:2000 foi mantida

Nucleos é definido como uma entidade bem-sucedida em relação às suas ações com foco na qualidade

Após ser submetido à auditoria da empresa Bureau Veritas Certification – BVC, líder mundial em certificação de Qualidade, o Nucleos manteve, com méritos inquestionáveis, a certificação na Norma ISO 9001:2000, abrangendo o escopo Gestão de Planos de Benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar. O comunicado da manutenção da Norma ISO — abreviação de International Organization for Standardization, ou Organização

Internacional de Padronização — foi feito no dia 29 de junho.

Em seu relatório, a BVC destacou a qualidade e a objetividade da documentação interna do Instituto, da gestão de todos os seus processos, sua organização e, principalmente, o grande comprometimento de todos os seus colaboradores. Mais ainda, definiu o Nucleos com uma entidade bem-sucedida em relação às suas ações com foco na qualidade — desde a forma como opera internamente

e os seus sistemas de controle até o esforço de sua equipe em manter o mais alto padrão dos serviços e produtos que oferece aos seus clientes (participantes e assistidos) e em melhorar, de forma contínua, a organização, em sua estrutura e processos.

A certificação e a sua manutenção comprovam, uma vez mais, a absoluta transparência e a competência que marcam a relação entre o Instituto, seus participantes e assistidos e a sociedade em geral.

Administração do Nucleos foi bem avaliada pelos participantes

Datacenso comprovou que entrevistados também se mostraram satisfeitos com a comunicação, os serviços e o atendimento do Instituto

Com o objetivo de avaliar o grau de satisfação dos serviços prestados junto aos seus participantes, ativos e assistidos, o Nucleos e a empresa Datacenso – Instituto de Pesquisas realizaram no primeiro semestre de 2007 uma ampla e de-

talhada pesquisa qualitativa de opinião. E o resultado — apresentado em edição especial do informativo **Nuclin** — foi bastante positivo.

A pesquisa mostrou que a grande maioria dos participantes ativos e assistidos considera o

Nucleos bem administrado, seu atendimento muito bom e o nível de transparência e de informação bastante elevados. Igualmente positiva foi a resposta em relação ao sistema de empréstimo do Instituto, aos seus canais de comunicação

com participantes e assistidos e aos serviços prestados.

A pesquisa Nucleos-Datacenso de 2007 também detectou alguns pontos a serem trabalhados no curto e médio prazos, como o grau de

conhecimento (muito superficial) dos participantes sobre o Plano Básico de Benefícios. A partir da análise do resultado, o Instituto planejou e desenvolveu uma série de ações com o objetivo de aprimorar os seus produtos e

serviços. Destas ações, duas merecem especial destaque: a campanha para os participantes escolherem a forma de recebimento dos comunicados e informativos do Instituto e o “Nucleos – Mais Perto de Você”.

Numa ação alinhada à Norma ISO 9001:2000 e com as melhores práticas de comunicação das grandes empresas em todo o mundo, o Nucleos lançou uma campanha para os participantes escolherem, através de formulário, a forma que preferiam receber os comunicados e informativos do Instituto (à exceção do Relatório Anual e de alguns específicos ou previstos em lei): se pela Internet, se impressos, ou se de ambas as formas. A idéia foi reduzir o custo final de impressão e, com isso, evitar o desperdício de papel. Elogiada pelos próprios participantes principalmente pela preocupação com o meio ambiente, esta iniciativa foi acompanhada pela atualização de dados cadastrais como endereço, telefone, e-mail e nome de dependentes.

Com o objetivo de melhorar os seus serviços e, ao mesmo tempo, atender às demandas específicas apontadas pelos participantes através da pesquisa Nucleos-Datacenso, o Instituto deu início ao “Ciclo de Palestras” junto às patrocinadoras. As primeiras palestras foram realizadas na INB – Resende, no auditório da INB no Rio de Janeiro (para os assistidos do estado) e em Poços de Caldas (para os assistidos de Minas Gerais), com a apresentação de temas como aposentadoria, Nucleos Saúde, empréstimos e dívida das patrocinadoras. Ao final de cada evento, sempre concorrido, participantes e assistidos tiveram espaço para fazer perguntas aos diretores, conselheiros e representantes das diversas áreas do Nucleos. A ação, chamada de “Nucleos – Mais Perto de Você”, deverá continuar em 2008 com a realização de novos encontros.

Custeio administrativo do Nucleos fica em 8,81% das contribuições

O custeio administrativo do programa previdencial totalizou em 2007 R\$ 2.404 mil, representando 8,81% do total de contribuições vertidas ao Plano Básico de Benefícios (PBB) por patrocinadoras, participantes e assistidos, portanto, bem

abaixo do limite de 15% previsto no regulamento e no Plano de Custeio.

As despesas com a administração das atividades de investimentos e assistenciais totalizaram R\$ 3.817 mil e R\$ 530 mil, respectiva-

mente. Estas despesas são totalmente custeadas por recursos oriundos de seus programas de origem, ou seja, Programa de Investimentos e Programa Assistencial.



INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO

Foram aprovadas, pela Secretaria de Previdência Complementar, através da portaria no. 1.428, de 15 de agosto de 2007, alterações no Regulamento do Plano Básico de Benefícios – PBB, as quais tiveram suas adequações às Leis Complementares nº.s 108 e 109, de 29/05/2001, principalmente no que diz respeito aos novos institutos da portabilidade e do benefício proporcional diferido, disciplinados pela Resolução CGPC nº 06 de 31/10/2003, que passaram a incluir o texto do Regulamento nas seguintes condições:

Portabilidade - Consiste, em facultar ao participante, a transferência, quando rescindido o seu vínculo empregatício com a patrocinadora, de portar, transferir, os recursos financeiros correspondentes à totalidade das contribuições por ele vertida, para outra entidade de previdência complementar aberta ou fechada. Para que o participante possa utilizar este instituto, deverá ter atendidos, concomitantemente, os seguintes requisitos: 1) ter havido cessação do vínculo empregatício com a patrocinadora; 2) não ter adquirido todas as condições para a concessão dos benefícios de prestação continuada (informamos que a Resolução nº 19/2006 excluiu este requisito, porém resta pendente de aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar o texto do PBB com esta modificação, por isto ainda não pode ser aplicado) e 3) ter no mínimo três anos de vinculação ao PBB, exceto para recursos portados vindos de outro plano de Benefício.

Benefício Proporcional Diferido – Consiste em facultar ao participante, em razão da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador, após cumprimento da carência de três anos de vinculação ao Plano Básico de Benefícios, e antes de ter adquirido o direito ao benefício pleno, em tempo futuro, ou seja, quando alcançado todos os requisitos de habilitação a algum dos benefícios programados descritos no PBB, o recebimento de uma renda mensal vitalícia resultante de conversão atuarial do valor da reserva matemática do participante em relação ao benefício pleno, na forma definida no próprio PBB. Vale salientar, que o artigo 33 da Resolução CGPC nº 06, de 30/10/2003, prevê que caso o participante, quando cessado o seu vínculo empregatício com o patrocinador e antes de preenchidos os requisitos para se aposentar, inclusive na forma antecipada, não opte por nenhum dos institutos previstos no PBB, tais como o resgate, a portabilidade, o autopatrocínio e o benefício proporcional diferido, a entidade presumirá que o participante optou pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido, desde que atendidas às condições previstas no PBB.

Os outros institutos regulamentados pela Resolução CGPC nº 06, de 30/10/2003, quais sejam o resgate e o autopatrocínio, já estavam previstos no PBB.

A íntegra do regulamento está disponível na web www.nucleos.com.br



GESTÃO PREVIDENCIAL

1. Distribuição de Participantes e Assistidos no Plano

A análise do encerramento de 2007 revelou um aumento no número de participantes em relação a 2006 da ordem de 4,55%, impulsionado principalmente pelas contratações efetivadas pelas patrocinadoras.

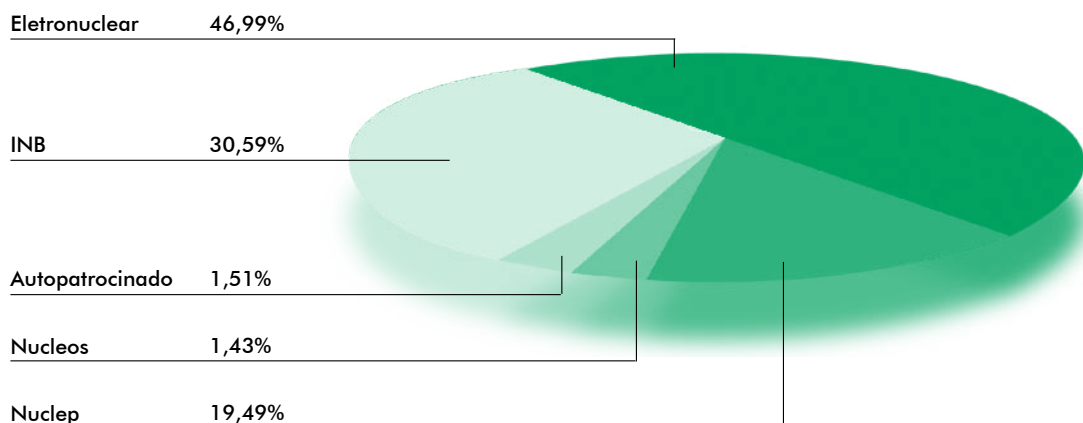
Constata-se, ainda, um nível de adesão ao Plano Básico de Benefícios de 85,48% em relação ao total de empregados das patrocinadoras. Atualmente, existem 2.720 participantes, sendo 41 autopatrocinados, ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Instituto.

Os quadros a seguir são uma radiografia numérica do Programa Previdencial do Nucleos ao final do exercício de 2007.

Quadro 1 - Distribuição de Participantes por Patrocinadora

Patrocinadora	2006	2007	Crescimento
INB	817	832	1,84%
Eletronuclear	1196	1278	6,86%
Nuclep	506	530	4,74%
Nucleos	39	39	0,00%
Autopatrocinado	45	41	-8,89%
Total	2603	2720	4,55%

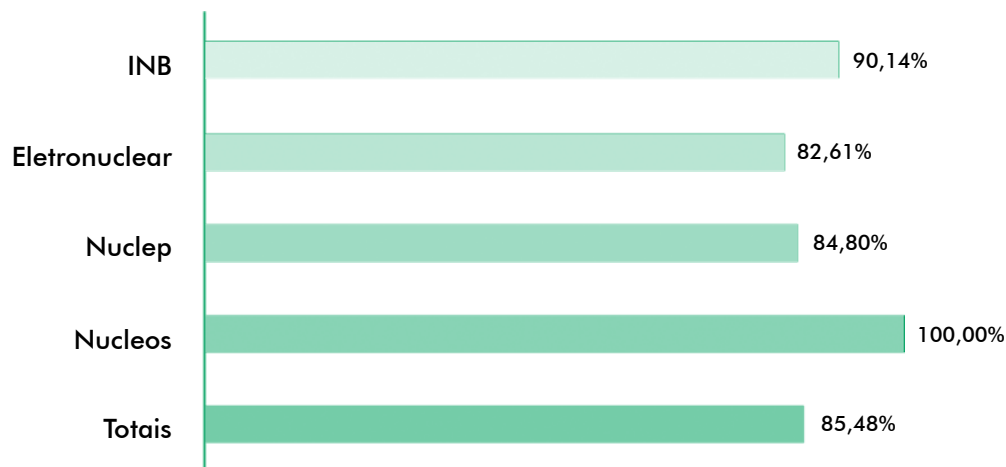
Distribuição de Participante por Patrocinadora



Quadro 2 - Adesão ao Plano por Patrocinadora

Patrocinadora	Participantes	Empregados	% Adesão
INB	832	923	90,14%
Eletronuclear	1278	1547	82,61%
Nuclep	530	625	84,80%
Nucleos	39	39	100,00%
Total	2679	3134	85,48%

Percentual de Adesão ao Plano

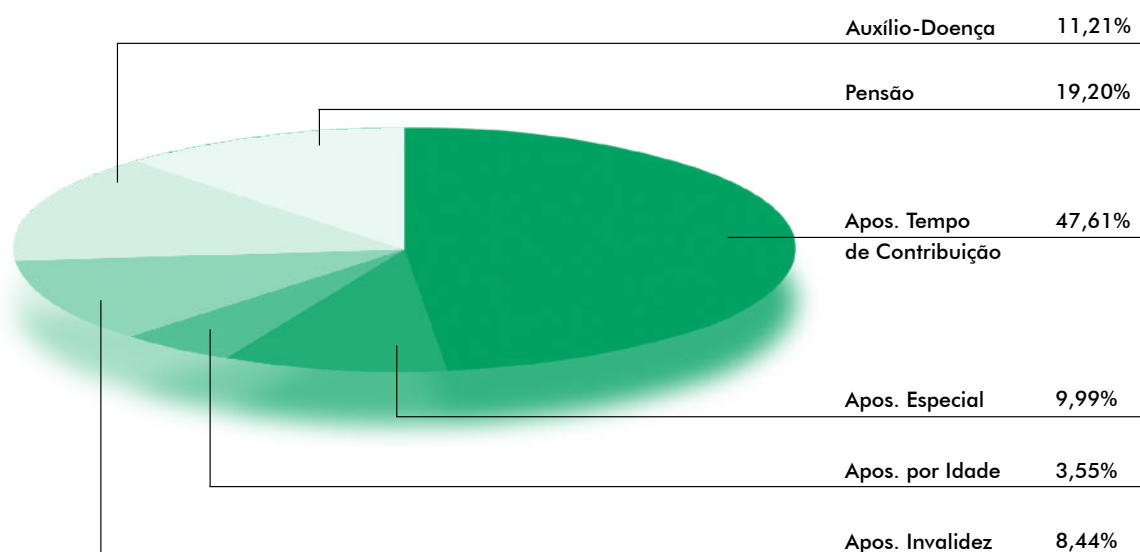


Comparado à média da quantidade de benefícios pagos nos últimos dois anos, o número de participantes assistidos cresceu 4,28% em relação a 2006, conforme pode ser observado no Quadro 3:

Quadro 3 - Distribuição de Assistidos por Benefício

Tipo de Benefício	Média Mensal		Crescimento
	2006	2007	
Apos. Tempo de Contribuição	420	429	2,14%
Apos. Especial	76	90	18,42%
Apos. por Idade	32	32	0,00%
Apos. Invalidez	78	76	-2,56%
Auxílio-Doença	89	101	13,48%
Pensão	169	173	2,37%
Total	864	901	4,28%

Distribuição de Assistidos por Benefícios



2. Recursos Coletados

As receitas previdenciais estão representadas pelo volume médio mensal das contribuições vertidas para o plano, por participantes e patrocinadoras, conforme pode se observar nos quadros 4 e 5 e no gráfico "Receitas com Contribuições".

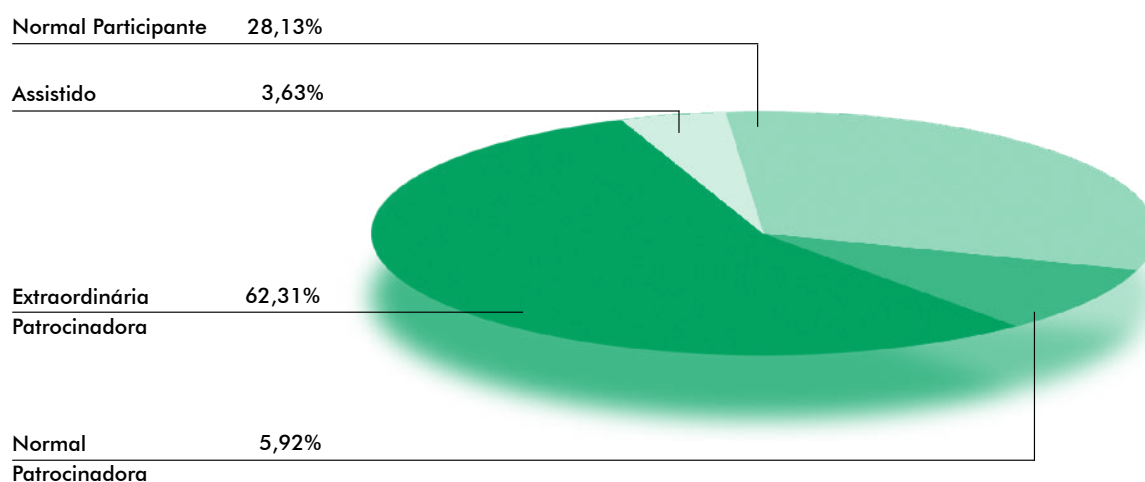
Quadro 4 - Receita com Contribuições - Total no ano

Tipo de Contribuição	Origem da Contribuição						Total
	INB	Eletronuclear	Nuclep	Nucleos	Autopatrocinado	Assistido	
Normal Participante	1.790.846,21	4.110.685,06	1.056.508,85	64.582,67	132.376,97	924.469,85	8.079.469,61
Normal Patrocinadora	380.932,85	869.156,79	216.259,30	15.279,54	23.806,24	-	1.505.434,72
Extraordinária Patrocinadora	4.074.729,15	9.297.120,41	2.313.263,69	163.440,83	-	-	15.848.554,08
Total	6.246.508,21	14.276.962,26	3.586.031,84	243.303,04	156.183,21	924.469,85	25.433.458,41

Quadro 5 - Receita com Contribuições - Média Mensal

Tipo de Contribuição	Origem da Contribuição						Total
	INB	Eletronuclear	Nuclep	Nucleos	Autopatrocinado	Assistido	
Normal Participante	137.757,40	316.206,54	81.269,91	4.967,90	10.182,84	71.113,07	621.497,66
Normal Patrocinadora	29.302,53	66.858,21	16.635,33	1,175,35	1.831,25	-	115.802,67
Extraordinária Patrocinadora	313.440,70	715.163,11	177.943,36	12,572,37	-	-	1.219.119,54
Total	480.500,63	1.098.227,87	275.848,60	18.715,62	12.014,09	71.113,07	1.956.419,88

Receita com Contribuições



3. Recursos Utilizados

Em contrapartida, as despesas previdenciais representam o gasto médio mensal do plano com o pagamento dos benefícios. Veja os quadros 6 e 7 e o gráfico “Despesa com Pagamento de Benefícios”.

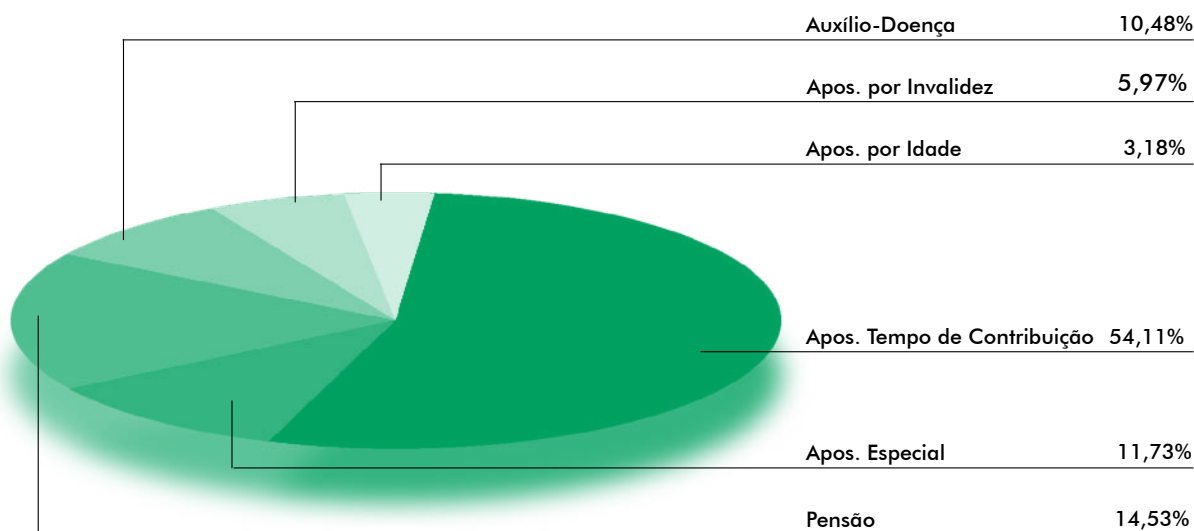
Quadro 6 - Despesa com Pagamentos de Benefícios - Total no Ano

Tipo de Benefício	Patrocinadora				Total
	INB	Eletronuclear	Nuclep	Nucleos	
Pensão	1.599.604,26	838.543,34	331.795,48	22.289,19	2.792.232,27
Auxílio-Doença	427.886,45	943.799,94	632.038,84	10.395,21	2.014.120,44
Apos. Invalidez	631.038,37	317.550,39	199.673,46	-	1.148.262,22
Apos. por Idade	373.200,52	185.499,11	47.229,37	5.253,63	611.182,63
Apos. Tempo de Contribuição	4.914.120,20	4.330.442,88	924.964,11	231.495,23	10.401.022,42
Apos. Especial	1.391.444,56	541.187,02	321.858,02	-	2.254.489,60
Total	9.337.294,36	7.157.022,68	2.457.559,28	269.433,26	19.221.309,58

Quadro 7 - Despesa com Pagamentos de Benefícios - Média Mensal

Tipo de Benefício	Patrocinadora				Total
	INB	Eletronuclear	Nuclep	Nucleos	
Pensão	123.046,48	64.503,33	25.522,73	1.714,55	214.787,10
Auxílio-Doença	32.914,34	72.600,00	48.618,37	799,63	154.932,34
Apos. Invalidez	48.541,41	24.426,95	15.359,50	-	88.327,86
Apos. por Idade	28.707,73	14.269,16	3.633,03	404,13	47.014,05
Apos. Tempo de Contribuição	378.009,25	333.110,99	71.151,09	17.807,33	800.078,65
Apos. Especial	107.034,20	41.629,77	24.758,31	-	173.422,28
Total	718.253,41	550.540,21	189.043,02	20.725,64	1.478.562,28

Despesa com Pagamento de Benefícios



4. Comparativo de Recursos Coletados e Utilizados

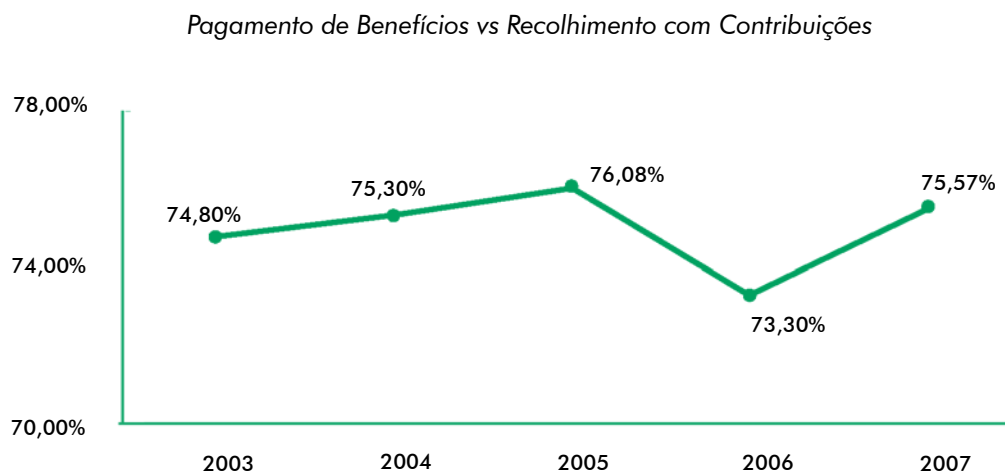
Pode-se observar no Quadro 8 e no gráfico "Pagamento de Benefício vs Recolhimento com Contribuições" que o volume médio de recolhimento, ao longo dos anos, tem superado o volume médio de pagamento de benefícios, e que a relação entre recolhimento e pagamento variou entre 74% e 75% no mesmo período analisado.

Quadro 8 - Relação Pagamento de Benefícios vs Recolhimento com Contribuições

Ano	Recolhimento Contribuições	Pagamento de Benefícios	% Adesão
2003	14.806.903,64	11.075.622,45	74,80%
2004	17.136.284,65	12.902.807,30	75,30%
2005	19.667.611,62	14.963.361,60	76,08%
2006	22.783.592,74	16.701.092,22	73,30%
2007	25.433.458,41	19.221.309,58	75,57%



Por outro lado, no Quadro 8, constata-se que o pagamento de benefícios, que em 2003 foi de R\$ 11.075.622,45, passando para R\$ 19.221.309,58, em 2007, sofreu um acréscimo de 74%. Em contrapartida, o recolhimento teve um acréscimo de 73%, passando de R\$ 14.806.903,64 (2003) para R\$ 25.433.458,41 (2007).



5. Avaliação Atuarial

A avaliação atuarial é o dimensionamento do volume de recursos necessários (contribuições) para o financiamento do compromisso (provisões) firmado entre a Entidade (Núcleos) e o participante através do Regulamento.

A avaliação atuarial propriamente dita consiste em calcular, de acordo com as premissas atuariais e o método de financiamento estabelecido em nota técnica atuarial, o valor atual necessário para a garantia dos benefícios prometidos de acordo com o Regulamento do Plano de Benefícios. Esse valor, denominado de Provisão Matemática, pode ser referente aos benefícios já concedidos (PMBC) ou a conceder (PMBAC).

PMBC - Valor que a Entidade deve ter no Ativo Líquido, calculado atuarialmente, a fim de garantir os benefícios dos participantes que recebem benefício.

PMBAC - Valor que a Entidade deve ter no Ativo Líquido, calculado atuarialmente, a fim de garantir o benefício futuro dos participantes que contribuem para o plano.

A seguir, apresentamos, de forma sucinta, os resultados da avaliação atuarial realizada em 2007.

5.1 - Premissas utilizadas na Avaliação Atuarial:

As premissas atuariais utilizadas nesta avaliação estão em consonância com os preceitos estabelecidos na Resolução nº 18 do CGPC, de 28/03/2006, e, comparativamente à reavaliação realizada em 2006, sintetizadas no quadro a seguir:

Premissa Atuarial	Avaliação Atuarial	
	2007	2006
1. Bases Biométricas		
1.1 Tábua de Mortalidade de Válidos*	AT-2000	AT-2000
1.2 Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49	AT-49
1.3 Tábua de Entrada em Invalidez	A. Vindas	A.Vindas
1.4 Encargo Médio com Herdeiros	STEA	STEA
2. Rotatividade Média Anual		
2.1 Ativos		
2.1.1 Até 47 anos		
INB, ELETRONUCLEAR, NUCLEP	1,00%	1,00%
NUCLEOS	5,00%	5,00%
AUTOPATROCINADOS	0,00%	0,00%
2.1.2 A partir de 48 anos	0,00%	0,00%
3. Crescimento Anual Real de Salários		
3.1. Até 58 anos		
INB, NUCLEOS	1,61%	1,14%
ELETRONUCLEAR	2,12%	1,51%
NUCLEP	1,67%	1,18%
3.2 Acima de 58 anos	1,00%	1,00%
4. Teto Salário de Benefício INSS	2.894,28	2.801,56
5. Base Cadastral	Mai 2007	Mai 2006
6. Salário de Participação (valor máximo)	R\$ 8.862,84	R\$ 8.404,68
7. Taxa Anual de Juros	6%	6%
8. Taxa de Custeio Administrativo	15%	15%
9. Plano de Custeio		
9.1 Contribuição Normal		
9.1.1. Participantes		
Percentual Geral	1,50%	1,50%
Primeiro Perc. Adicional	0,70%	0,70%
Segundo Perc. Adicional	5,60%	5,60%
9.1.2. Assistidos	8,00%	8,00%
9.1.3. Patrocinadoras	0,943%	0,943%
9.2 Contribuição Extraordinária		
9.2.1. Patrocinadoras	10,087%	10,087%

* Seguindo a programação estabelecida em 2007 foram utilizadas as probabilidades da tábua GAM-71, acrescidas de 60% da diferença entre as probabilidades das tábuas AT-2000 e GAM-71.

A avaliação atuarial anual de 2007 foi realizada pela assessoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais do Nucleos, STEA – Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda., de acordo com a metodologia determinada em nota técnica atuarial e premissas listadas anteriormente. Os dados cadastrais dos participantes foram fornecidos pelo Nucleos, na data base de 31 de maio de 2007, os quais foram comparados aos parâmetros mínimos e máximos aceitáveis na data da avaliação, sendo considerados suficientes e completos.

Observa-se que, em relação à avaliação anterior (2006), houve ajuste nas premissas adotadas, mais especificamente, quanto à tabela de mortalidade de válidos e a perspectiva de crescimento real de salários.

Relativamente aos resultados obtidos na data base de 31 de maio de 2007, considerando o Patrimônio Líquido da época, de R\$ 660.320.341,93, constatou-se insuficiência patrimonial no valor de R\$ 180.467.414,63.

Face ao déficit apresentado, em atendimento ao disposto no Artigo 21 da Lei Complementar nº 109, o Conselho Deliberativo decidiu aprovar, para vigorar a partir de julho de 2007, a instituição de contribuição adicional, conforme quadro abaixo, com a exclusiva finalidade de equacionar o déficit apresentado, restabelecendo o equilíbrio atuarial do plano de benefícios.

Tipo de Contribuinte	Tipo de Contribuição			Total
	Normal	Extraordinária	Adicional	
Ativos				
Percentual Geral	1,500%		1,780%	3,280%
Primeiro Percentual Adicional	0,700%		0,830%	1,530%
Segundo Percentual Adicional	5,600%		6,660%	12,260%
Assistidos	8,000%		11,070%	19,070%
Patrocinadoras	0,943%	10,087%	7,290%	18,320%

Em 6 de julho de 2007, por decisão judicial, em 1ª Instância, a patrocinadora Nuclep foi condenada em ação de cobrança iniciada em 2002 pelo Nucleos.

Após a referida decisão judicial, o Presidente do Conselho Deliberativo recebeu da patrocinadora Nuclep carta na qual aquela empresa mostrou disposição de celebrar um acordo com o Nucleos.

Diante da positiva manifestação, por parte da Nuclep, o Conselho Deliberativo, devidamente respaldado por pareceres jurídico e do atuário responsável pelo Plano de Benefícios, decidiu transferir para o mês de dezembro de 2007 o aumento das contribuições dos participantes, assistidos e das patrocinadoras, antes previsto para vigorar a partir do mês de julho de 2007.

Em 21 de novembro de 2007 foi assinado um termo de acordo parcial com a Nuclep no valor de R\$ 120.110.860,84 (cento e vinte milhões, cento e dez mil, oitocentos e sessenta reais e oitenta e quatro centavos). Este acordo é destinado ao equacionamento parcial da dívida da Nuclep com o Nucleos. É importante esclarecer que este acordo não implica a desistência da ação de cobrança da dívida total, ficando pendente, para decisão em segunda instância, o saldo remanescente.

Diante do acordo firmado, o Conselho Deliberativo decidiu cancelar o aumento das contribuições que estava previsto para iniciar em dezembro de 2007. Isto foi possível, tendo em vista a eliminação do déficit de aproximadamente R\$ 180 milhões, mediante a soma dos recursos do acordo firmado, com o resultado positivo dos investimentos em 2007 e uma reversão de parte do fundo de cobertura para oscilação de riscos.



GESTÃO ASSISTENCIAL

1. Breve histórico

Embora no aspecto econômico-financeiro o ano de 2007 tenha sido um dos melhores na história do programa assistencial do NUCLEOS, esse seguramente ficará marcado como o ano em que não apenas o NUCLEOS, mas todo o segmento de saúde suplementar teve que se adequar às rígidas normas impostas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Como bem sabemos, desde o surgimento da Lei 9.656, de 1998, o modelo assistencial criado pelo NUCLEOS materializado através dos planos NUCLEOS SAÚDE I e II, temos esbarrado em sucessivos fatores restritivos tanto no aspecto comercial quanto no oferecimento de novas coberturas, que contribuíram para limitar o acesso de novos beneficiários ao plano, fazendo com que o mesmo caminhasse para um processo de asfixia.

Acrescido a esse cenário, as novas resoluções da Agência Nacional de Saúde e as diversas imposições do governo nos últimos anos acabaram por elevar de forma considerável os preços de produtos e serviços da área médica — e, conseqüentemente, dos planos de saúde. Além disso, o avanço natural das tecnologias empregadas em exames e cirurgias tornou os custos dos procedimentos, em alguns casos, proibitivos. Com todas essas mudanças conjunturais desfavoráveis, o custo com a assistência à saúde dos nossos beneficiários passou a sofrer sucessivos aumentos, dificultando cada vez mais a manutenção dos planos.

Durante todo o ano de 2007, o Nucleos tentou obter junto à ANS o registro de comercialização do Nucleos Saúde III. Em síntese, tal iniciativa tinha como finalidade tornar o Programa Assistencial do Instituto uma solução economicamente viável que pudesse, sem restrições, ser adquirida por todos os participantes. Entretanto, as determinações impostas pelo órgão regulador, mais rígidas na avaliação do mercado de saúde suplementar, anularam definitivamente as expectativas quanto à implantação do novo plano.

Como principais mudanças, a ANS passou a exigir no nosso pequeno e restrito segmento, obrigações que até então só existiam no mercado aberto de planos de saúde representado pelas grandes seguradoras e operadoras. Fatores como práticas contábeis independentes, serviço de auditoria, publicação de resultados, restrições à política de investimentos e alocação de recursos, além da necessidade de constituirmos reservas financeiras superiores à nossa capacidade, passaram a fazer parte do rol de exigências impostas.

Assim, para adequar-se à nova legislação, a manutenção do Nucleos Saúde I e II exigirá a composição de garantias que ultrapassam R\$ 4,5 milhões. Não bastasse o valor proibitivo, a ANS definiu também que tais reservas deveriam ser constituídas já a partir de janeiro de 2008.

Na avaliação dos especialistas a serviço do NUCLEOS, a contratação de um produto coletivo por adesão será a única alternativa capaz de atender às necessidades dos nossos beneficiários. Trata-se de uma alternativa que exigirá a contratação de outro plano de saúde através da CAN – Caixa de Assistência do NUCLEOS, de modo a possibilitar a assistência médica de todos os beneficiários do Nucleos Saúde I e II.

2. Análise Financeira

Nas tabelas a seguir é apresentada a evolução das receitas e despesas percebidas pelo Programa Assistencial nos últimos seis anos, bem como o índice de sinistralidade obtido e a evolução do Fundo de Oscilação de Riscos:

2.1 - Fluxo Financeiro

ANO	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Receita (R\$)	1.236.627,63	1.506.126,57	1.890.411,66	2.964.860,64	2.794.697,26	3.074.761,64
Despesas (R\$)	1.107.534,91	1.942.179,10	2.354.480,20	2.783.296,64	2.398.377,99	2.364.228,38
Sinistralidade	90%	129%	125%	94%	86%	77%

2.2 - Fundo Assistencial

ANO	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Saldo do Fundo (R\$)	990.063,56	554.011,03	89.942,49	271.506,49	888.427,53	1.762.094,49
Varição	-	-44%	-84%	202%	227%	98%

Como se pode observar, desde 2005 o plano vem apresentando uma taxa de sinistralidade decrescente e compatível com a sua capacidade financeira, possibilitando o resultado positivo observado nos três últimos exercícios. Por outro lado, embora mais confortável, a situação financeira do plano continua num patamar preocupante, tendo em vista que a sinistralidade permaneceu, no exercício de 2007, próxima da casa dos 80%, quase dez pontos percentuais acima da taxa praticada pelo mercado.

3. Custeio Administrativo

Observaremos que os gastos necessários à manutenção do Programa Assistencial, embora expressivos, estão alocados dentro dos patamares inicialmente previstos.

Composição das Despesas Administrativas

Exercício 2007

Descrição	Média Mensal (R\$)	Total (R\$)
Programa Administrativo	44.187,79	530.253,51
Pessoal e Encargos	11.455,53	137.466,40
Remunerações	6.641,33	79.695,96
Encargos Sociais	4.635,04	55.620,44
Treinamento e Aperf.	179,17	2.150,00
Serviço Terceirizado	17.947,03	215.364,18
Serviço de Informática	6.958,98	83.507,70
Encadernação e Reprod.	4.112,81	49.353,66
Consultoria Técnica	1.260,83	15.130,00
Assessoria Jurídica	5.614,40	67.372,82
Despesas Gerais	4.214,53	50.574,34
Rateiro Administrativo	10.570,72	126.848,59

No quadro abaixo apresentaremos o impacto do custeio administrativo em relação ao total dos gastos gerados pelo plano. Cabe enfatizar que o custeio administrativo encontra-se fixado em 17,50% no regulamento dos planos.

Recursos Utilizados	Total (R\$)	Custeio
Despesas Administrativas	Custo Direto	403.404,92
	Rateio	126.848,59
	Total	530.253,51
		17,25%

4. Distribuição dos Beneficiários

Entre ativos, assistidos, dependentes e agregados, o NUCLEOS SAÚDE atingiu no mês de dezembro de 2007 o total de 2.382 beneficiários. Este número equivale basicamente ao total de beneficiários inscritos nos planos no exercício anterior. No quadro abaixo é apresentada a distribuição de beneficiários por plano e categoria:

Ativos					Desvinculados				
	Titular	Dependente	Agregado	Total		Titular	Dependente	Agregado	Total
NS-I	210	204	117	531	NS-I	2	0	1	3
NS-II	563	713	138	1414	NS-II	2	4	1	7
TOTAL	773	917	255	1945	TOTAL	4	4	2	10

Assistidos					Total por Plano				
	Titular	Dependente	Agregado	Total		Titular	Dependente	Agregado	Total
NS-I	185	129	51	365	NSI	397	333	169	899
NS-II	22	26	14	62	NSII	587	743	153	1483
TOTAL	207	155	65	427	TOTAL	984	1076	322	2382

No que se refere à idade, plano e tipo de beneficiário, a massa está assim distribuída:

Faixa Etária	Beneficiários Diretos			Beneficiários Indiretos			Beneficiários Totais		
	Plano		Total	Plano		Total	Plano		Total
	NS-I	NS-II		NS-I	NS-II		NS-I	NS-II	
00 - 18	7	20	27	40	301	341	47	321	368
19 - 23	17	15	32	33	75	108	50	90	140
24 - 28	40	68	108	16	121	137	56	189	245
29 - 33	32	12	44	1	180	181	33	192	225
34 - 38	5	3	8	7	153	160	12	156	168
39 - 43	1	1	2	12	119	131	13	120	133
44 - 48	4	2	6	37	76	113	41	78	119
49 - 53	16	7	23	80	101	181	96	108	204
54 - 58	42	4	46	114	94	208	156	98	254
59 ou mais	310	68	378	85	63	148	395	131	526
Total	474	200	674	425	1.283	1.708	899	1.483	2.382

Beneficiários Diretos – Grupo de beneficiários que utiliza a rede de atendimento do NUCLEOS SAÚDE (assistidos, dependentes de assistidos, agregados e autopatrocinados)

Beneficiários Indiretos – São os funcionários das patrocinadoras que utilizam o plano apenas para complementação financeira do percentual não coberto pelo plano médico das patrocinadoras.

Beneficiários Diretos

Faixa Etária	NS I	NS II	Total
Até 58 anos	35%	66%	44%
59 anos ou mais	65%	34%	56%
TOTAL	100%	100%	100%

Beneficiários Indiretos

Faixa Etária	NS I	NS II	Total
Até 58 anos	80%	95%	91%
59 anos ou mais	20%	5%	9%
TOTAL	100%	100%	100%

Total de Beneficiários

Faixa Etária	NS I	NS II	Total
Até 58 anos	56%	91%	78%
59 anos ou mais	44%	9%	22%
TOTAL	100%	100%	100%

Da análise dos quadros anteriores, verifica-se que 22% do total de beneficiários têm idade igual ou superior a 59 anos. Caso sejam analisados isoladamente os dois tipos de beneficiários existentes, verificamos que dentre os beneficiários diretos (grupo que efetivamente utiliza a rede de atendimento do NUCLEOS SAÚDE), do total, 56% encontram-se com idade igual ou superior a 59 anos, demonstrando com isso uma concentração de beneficiários nas faixas onde o volume de utilização é consideravelmente mais elevado, ratificando, portanto, a crescente tendência no aumento da sinistralidade do plano que, por consequência, eleva os gastos com a assistência médica.

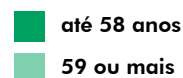
Beneficiários Diretos



Beneficiários Indiretos



Total de Beneficiários



5. Comparativo Nucleos e Segmento de autogestão

Os dados a seguir apresentam uma avaliação da massa assistida pelo Programa Assistencial do Nucleos, comparando-a com o segmento de autogestão, através do levantamento realizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Distribuição de Beneficiários por Faixa Etária

Faixa	ANS	Nucleos	Varição
00 - 09	13,84%	7,22%	-47,82%
10 - 19	13,98%	8,69%	-37,83%
20 - 29	20,88%	18,65%	-10,69%
30 - 39	18,33%	14,07%	-23,25%
40 - 49	15,07%	11,63%	-22,80%
50 - 59	9,34%	21,13%	126,23%
60 - 69	4,54%	10,25%	125,79%
70 - 79	2,76%	4,16%	50,38%
80 - 100	1,25%	4,20%	236,59%
Total	100%	100%	

Fonte: Sistema de Informações de Beneficiários - ANS/MS

Segmento de autogestão

Faixa	ANS	Nucleos	Varição
00 - 59	91,45%	81,39%	-10,99%
60 - 00	8,55%	18,61%	117,58%

Podemos observar nos quadros anteriores que em relação ao sistema os indicadores apresentados não são nada favoráveis ao plano de saúde administrado pelo NUCLEOS. Além disso, nossos beneficiários concentram-se nas faixas etárias mais elevadas, situação que, caso permaneça inalterada, exigirá futuramente a revisão de alguns conceitos a fim de garantir a continuidade do programa de assistência à saúde.





GESTÃO FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS

1. Breve histórico do mercado financeiro em 2007

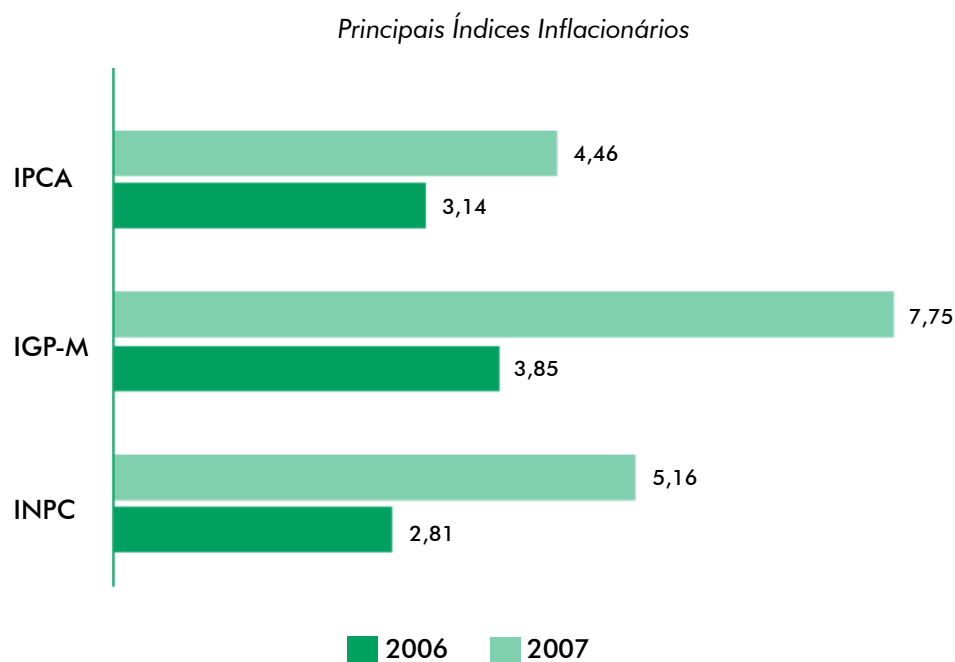
As palavras-chave para o ano de 2007 foram volatilidade e economia americana. O ano começou com os investidores globais preocupados com a inflação americana e a possibilidade do aumento da taxa de juros nesse país.

No final do primeiro trimestre — com a divulgação de indicadores econômicos que demonstravam que, mesmo com a redução da taxa de crescimento dos Estados Unidos, a economia mundial não perderia seu dinamismo — as preocupações foram substituídas por um período de maior otimismo, estendendo-se até julho.

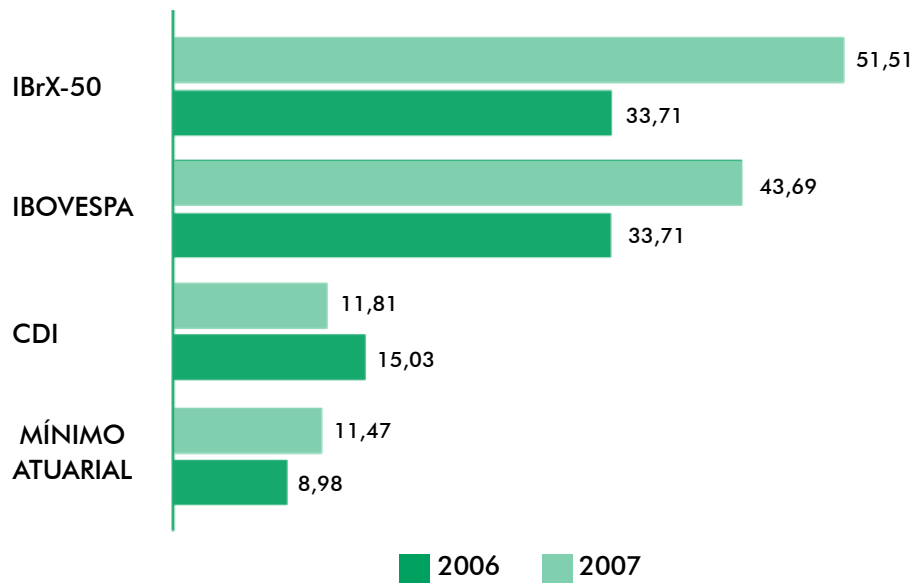
No segundo semestre, o cenário econômico tornou-se bastante volátil em função das incertezas em relação ao crédito imobiliário de alto risco norte-americano (subprime), aumentando o temor de que essa crise atingisse outros segmentos do sistema financeiro, afetando o desempenho da economia americana e mundial. Esse cenário contaminou os mercados, provocando a redução na liquidez dos mesmos.

No Brasil, a forte queda da inflação, a resposta relativamente tímida da atividade econômica ao processo de afrouxamento monetário em 2006 e a valorização do câmbio criaram um ambiente favorável para que o Banco Central promovesse cortes na taxa de juros além do que era esperado no primeiro semestre de 2007. Com isso, a taxa de juros básica da economia brasileira fechou o ano em seu mais baixo patamar, 11,25% ao ano.

Nos gráficos a seguir, pode-se observar o comportamento dos principais indicadores inflacionários e financeiros comparados com o ano anterior.



Principais Índices Financeiros



2. Composição da carteira de investimentos

2.1. Carteira global de investimentos

Abaixo, apresentamos a carteira global dos investimentos comparada ao ano anterior.

Plano Consolidado

Descrição	2007		2006	
	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)
Renda Fixa	562.011	78,49	492.434	82,11%
Letras Financeiras do Tesouro	3.609	0,50%	4.194	0,70%
Quotas de Fundos de Renda Fixa	494.305	69,03%	405.213	67,57%
Debêntures não Conversíveis	64.096	8,95%	80.071	13,35%
Certificado a Termo de Energia Elétrica	0	0,00%	2.956	0,49%
Renda Variável	114.161	15,94%	67.022	11,18%
Ações	22	0,00%	22	0,00%
Quotas de Fundos de Investimentos	95.604	13,35%	49.183	8,20%
Quotas de Fundos em Participações	18.535	2,59%	17.817	2,97%
Investimentos Imobiliários	24.214	3,39%	25.636	4,27%
Empréstimos aos Participantes	15.494	2,16%	14.515	2,42%
Outros	53	0,01%	77	0,01%
Total do Programa de Investimentos	715.933		599.684	
Total dos Recursos Garantidores	716.061	100,00%	599.716	100,00%

2.2. Aderência à Política de Investimentos e aos limites legais

A composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2007, comparativamente aos limites da Política de Investimentos e ao máximo legal permitido pela legislação em vigor, está demonstrada no quadro abaixo.

Plano Consolidado

Segmento de Aplicação	Alocação Em 31/12/2007	Limites da Política de Investimentos (%)			Limite Legal (Res. 3456)	Enquadramento	
		Objetivo *	Limite Inferior	Limite Superior		Legal	Política
Renda Fixa	77,88%	82,96%	50,00%	100,00%	100,00%	OK	OK
Baixo Risco de Crédito	77,47%	-	50,00%	100,00%	100,00%	OK	OK
Médio e Alto Risco de Crédito	0,41%	-	0,00%	20,00%	20,00%	OK	OK
Renda Variável	16,55%	10,31%	0,00%	25,00%	50,00%	OK	OK
Ações em Mercado	13,96%	-	0,00%	50,00%	50,00%	OK	OK
Fundos de Renda Variável	2,59%	-	0,00%	20,00%	20,00%	OK	OK
Outros Ativos	0,00%	-	0,00%	3,00%	3,00%	OK	OK
Imóveis	3,39%	4,17%	0,00%	5,00%	11,00%	OK	OK
Desenvolvimento	2,92%	-	0,00%	5,00%	11,00%	OK	OK
Direitos em Alienação Inv. Imob.	0,40%	-	0,00%	5,00%	11,00%	OK	OK
Fundos Imobiliários	0,07%	-	0,00%	5,00%	11,00%	OK	OK
Empréstimos	2,16%	2,56%	0,00%	5,00%	15,00%	OK	OK
Empréstimos	2,16%	-	0,00%	5,00%	15,00%	OK	OK
Financiamentos Imobiliários a Participantes	0,00%	-	0,00%	0,00%	10,00%	OK	OK

* Período de 2007 a 2011

Como mostra a tabela acima, os investimentos do Nucleos estão em conformidade com o estabelecido na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo para o período de 2007 a 2011 e com os limites legais estabelecidos pela legislação vigente.

O único desenquadramento verificado está relacionado à participação no Fundo de Investimentos em Participações – CRT, onde o Nucleos detém 100% das quotas do fundo, quando a legislação em vigor estabelece o limite de 25%. Esta participação, no valor aproximado de R\$ 14 milhões, foi adquirida em dezembro de 2003. Em 25 de outubro de 2007, o Instituto realizou oferta pública através leilão eletrônico da CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação para venda de 80 quotas do referido fundo, visando o seu enquadramento de acordo com os limites estabelecidos na legislação vigente. Apesar de ampla divulgação, não se apresentaram interessados. Em 6 de dezembro de 2007, a Diretoria Executiva encaminhou correspondência à Secretaria de Previdência Complementar solicitando, em caráter especial, a aprovação para o plano de enquadramento de forma a atender aos limites da legislação vigente.

2.3. Por tipo de gestão

No quadro abaixo, verifica-se a distribuição dos ativos de acordo com o tipo de gestão:

Investimento	Gestores	Segmento	Patrimônio (Dezembro 2007)	% Recursos Garantidores
Európio FIF NUC	Banco do Brasil	Renda Fixa	98.234.598	13,72%
Urânio FIF NUC	ABN-AMRO	Renda Fixa	92.351.506	12,90%
Monazita FIF NUC	Bradesco	Renda Fixa	210.577.019	29,41%
Zircônio FIF NUC	Western Asset	Renda Fixa	85.770.461	11,98%
ABN FIQ CP Neutron	ABN-AMRO	Renda Fixa	7.371.429	1,03%
CRT FIP	Oliveira Trust	Participação	14.490.296	2,02%
PCH FIP	Santander	Participação	4.044.247	0,56%
Titânio FIA	Unibanco	Renda Variável	39.672.996	5,54%
Próton FIA	Votorantim	Renda Variável	55.931.326	7,81%
Total Terceirizado			608.443.877	84,98%
Gestão Interna				
Carteira Própria	Nucleos	Renda Fixa	67.705.656	9,46%
Carteira Própria	Nucleos	Renda Variável	22.237	0,00%
Carteira Própria	Nucleos	Imóveis	24.213.906	3,38%
Carteira Própria	Nucleos	Empréstimos	15.493.661	2,16%
Total Gestão Interna			107.435.459	15,01%
Outros Realizáveis			53.493	0,01%
Total de Recursos			715.932.829	
Total de Recursos Garantidores			716.060.826	100,00%

Como podemos observar, aproximadamente 85% do total de recursos administrados pelo Nucleos estão sob gestão de algumas das maiores instituições financeiras do mercado. Os investimentos de Renda Fixa e Variável sob gestão do Instituto referem-se a ativos que estão em fase de amortização ou liquidação, não havendo qualquer gestão ativa sobre essa carteira. Os recursos recebidos provenientes desses ativos são direcionados para os Fundos de Investimentos com gestão terceirizada. Cabe ressaltar que o patrimônio do Fundo Monazita contempla todos os títulos públicos federais marcados a vencimento, adquiridos no período de junho de 2004 a junho de 2005.

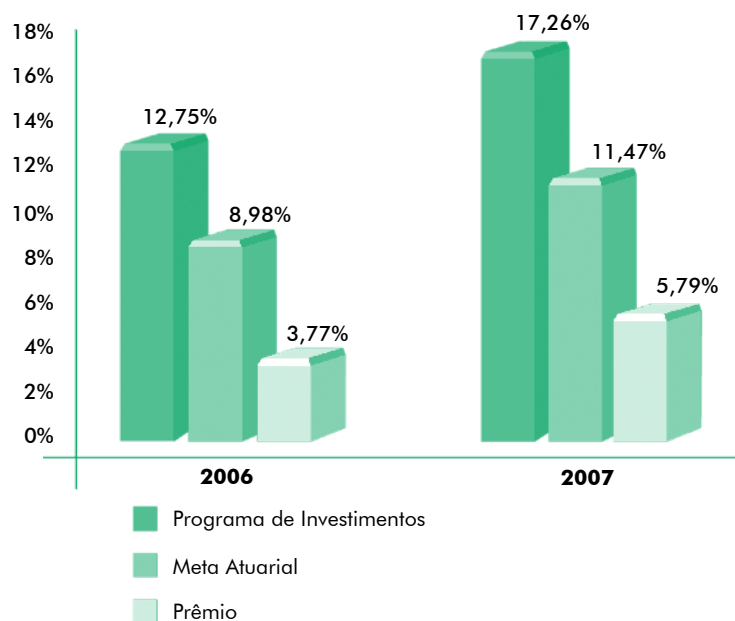


3. Rentabilidade dos Investimentos

3.1. Rentabilidade Global

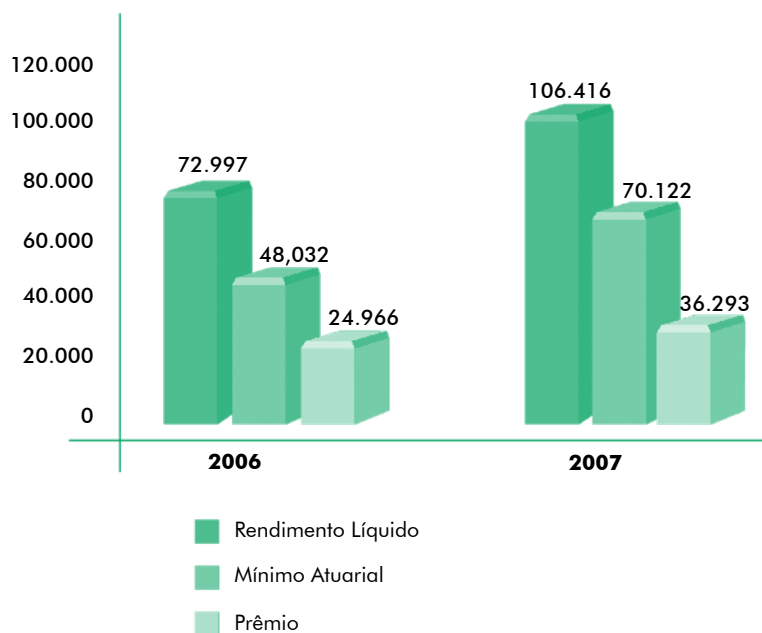
O gráfico abaixo apresenta a evolução percentual do Programa de Investimentos do Nucleos nos últimos dois anos comparativamente à meta atuarial (INPC + 6% ao ano) e ao que excedeu a esta meta (prêmio).

Evolução do Programa de Investimentos do Nucleos

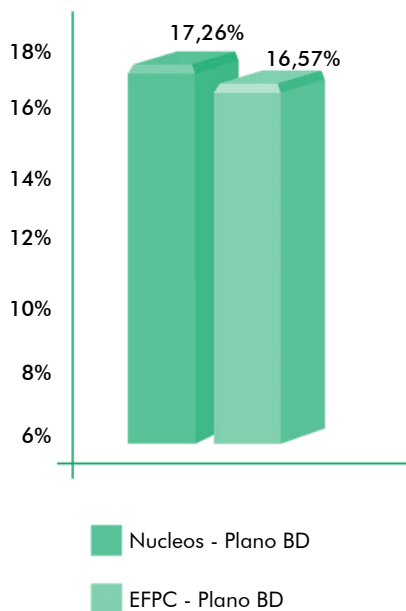


No gráfico seguinte é possível observar esta evolução em valores monetários.

*Evolução do Programa de Investimentos do Nucleos
Em valor Monetário - R\$ mil*

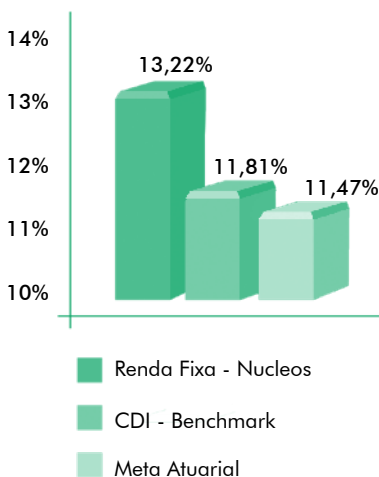


Comparativamente com outras Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) que administram planos de Benefício Definido (BD), o Nucleos auferiu rentabilidade superior à mediana dos planos BD, conforme revela o gráfico abaixo.



3.2. Segmento de Renda Fixa

O desempenho do segmento de Renda Fixa comparado ao seu benchmark (CDI – Certificado de Depósito Interbancário) e à meta atuarial (INPC+6% ao ano) está demonstrado no quadro abaixo:

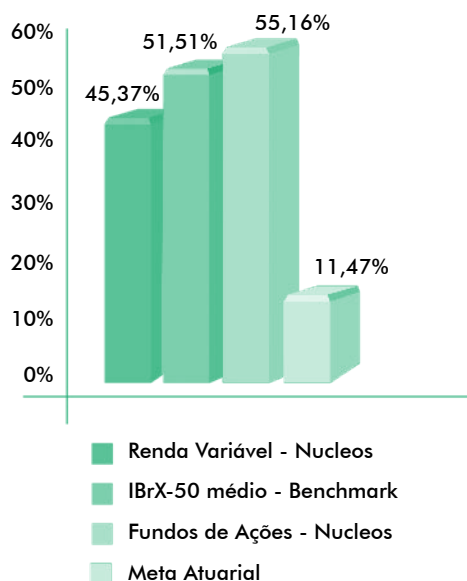


A rentabilidade do segmento de Renda Fixa (13,22%) ficou acima de seu benchmark CDI (11,81%) e da meta atuarial (11,47%).

3.3. Segmento de Renda Variável

A rentabilidade deste segmento ficou abaixo do seu benchmark (IBrX-50), em função do resultado dos Fundos de Investimentos em Participação (PCH FIP, adquirido em outubro de 2004, com rentabilidade de 2,65% no ano e CRT FIP, adquirido em dezembro de 2003, com rentabilidade de 10,93% no ano). Em relação aos Fundos de Investimentos em Ações, a rentabilidade foi de 55,16%, acima do seu benchmark, 51,51%.

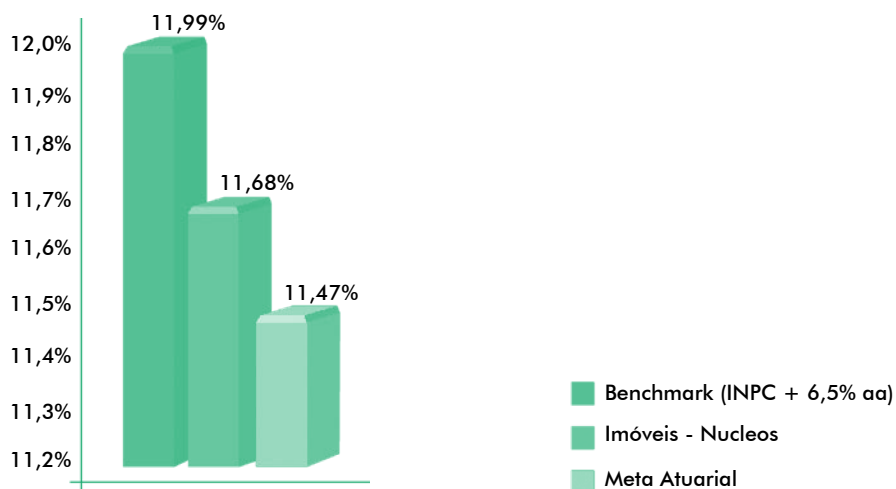
No gráfico abaixo podemos observar o desempenho do segmento, no ano, comparado ao seu benchmark e à meta atuarial.



3.4. Segmento de Investimentos Imobiliários

A participação do Nucleos neste segmento representa 3,39% do total dos investimentos, tendo registrado no ano uma rentabilidade de 11,68%, acima da meta atuarial, 11,47%, mas abaixo do seu benchmark (INPC + 6,5% ao ano), 11,99%, conforme observado no gráfico abaixo.

Segmento de Imóveis



Em 31 de dezembro de 2007, a carteira imobiliária estava assim constituída:

Descrição	Valores em Mil R\$		
	Valor Contábil	Valor a Receber	Direitos a receber alienação
Uso Próprio			
Rua Rodrigo Silva, nº 26 - 15º andar	944	-	-
Locados às Patrocinadoras			
Rua Mena Barreto, nº 161	6.605	39	-
Locados a terceiros			
Rua General Polidoro, nº 316	5.788	53	-
Rua Real Grandeza, nº 301	4.327	38	-
Praia do Flamengo, nº 200 - 7º andar	2.949	81	-
Participações em Shopping Centers			
Shopping Light	-	-	1.140
Shopping Santana	-	-	1.749
Fundos Imobiliários			
C&D Estação Plaza Show - PR	500	-	-
Total	21.113	211	2.889



No mês de junho de 2007, foi fechada a venda da participação do Nucleos no Shopping Light pelo valor total de R\$ 1,790 milhão.

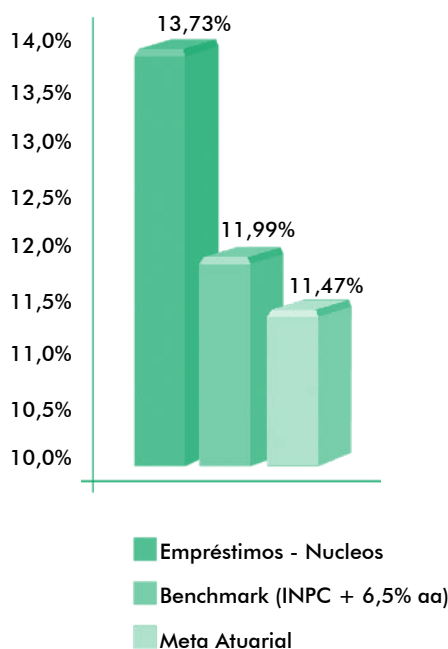
Todos os imóveis contidos na carteira foram adquiridos nas gestões passadas.

3.5. Segmento de Empréstimos

Para o segmento de empréstimos e financiamentos, o Instituto estabeleceu como benchmark a sua meta atuarial acrescida de custos de 0,5% ao ano, isto é, INPC + 6,5% ao ano.

A rentabilidade acumulada em 2007 foi de 13,73%, acima do seu benchmark, que foi de 11,99%, como mostra o gráfico abaixo.

Segmento de Empréstimos



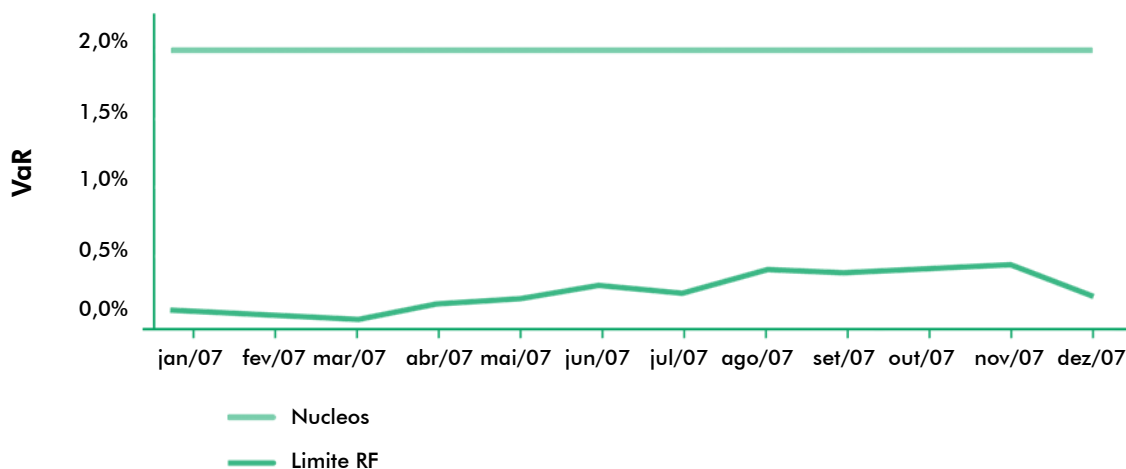
4. Análise de Risco

O gerenciamento de risco de mercado tem como objetivo medir a máxima perda esperada de uma carteira de investimento, sob condições normais de mercado, com um grau de confiança especificado e para um dado horizonte de tempo (VaR).

O sistema de gerenciamento de risco é o adotado pela consultoria financeira Risk Office, responsável pelo controle de risco do NUCLEOS.

No gráfico a seguir podemos observar evolução do VaR percentual em relação ao patrimônio do segmento Renda Fixa do NUCLEOS no ano de 2007. O gráfico mostra que o risco assumido pela Entidade ficou, durante todo o período, abaixo do limite estabelecido na Política de Investimentos (2,00%).

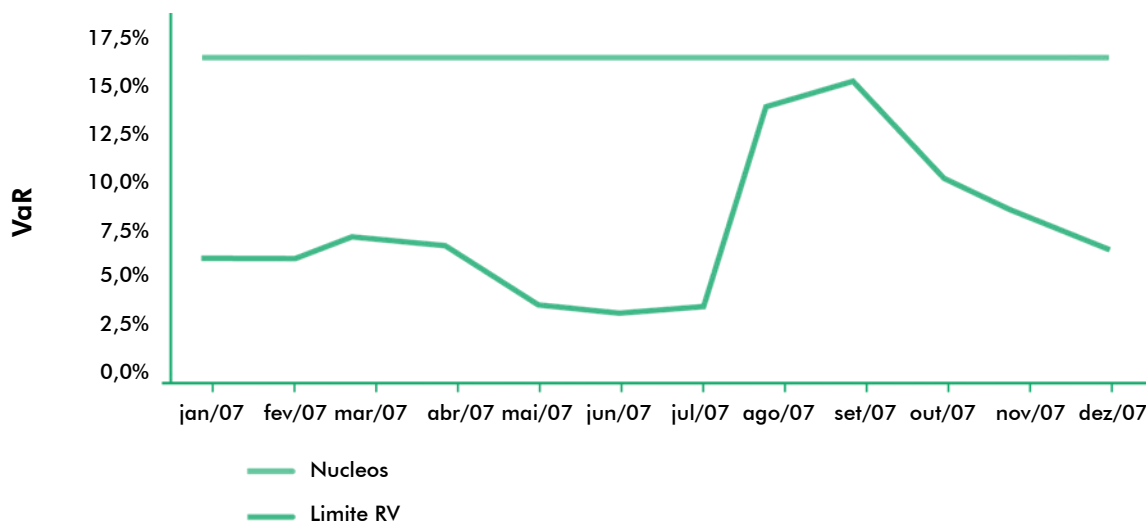
VaR do segmento de Renda Fixa



Fonte: RiskOffice

Em relação ao segmento de renda variável, percebe-se no gráfico abaixo, que o VaR se manteve abaixo do limite de 16% estabelecido pela Política de Investimentos da Entidade. O aumento observado de julho a setembro é justificado por uma maior volatilidade nas bolsas de valores de todo o mundo.

VaR do segmento de Renda Variável



Fonte: RiskOffice

5. Custos com Administração dos Investimentos

Os custos incorridos com cada uma das atividades relacionadas à administração dos recursos do Nucleos estão demonstrados na tabela abaixo:

Custos com a Administração dos Recursos em 2007

Custos com Administração de Recursos	Custos 1º Trimestre	Custos 2º Trimestre	Custos 3º Trimestre	Custos 4º Trimestre	Custos no ano de 2007
Pessoas e Encargos	280.514	300.741	269.770	272.236	1.123.260
Despesas Administrativas	290.134	405.246	391.251	345.052	1.431.683
Agente Custodiante	55.209	60.094	61.499	67.894	244.695
Auditor Contábil	9.734	39.413	37.361	7.072	93.579
Assessoria Atuarial	20.419	21.368	21.368	38.463	101.618
Assessoria Financeira	6.731	6.814	6.814	6.868	27.228
Consultorias (Teleinformática & Bolsa)	16.010	11.284	13.123	13.255	53.672
Consultorias (Jurídica)	181.211	206.091	138.276	178.572	704.150
Custos com Avaliação de Riscos	38.087	12.026	27.498	27.236	104.847
Gestão / Administração dos Recursos Externos	153.751	169.477	285.173	197.489	805.890
TOTAL	1.051.800	1.232.553	1.252.133	1.154.137	4.690.623

DEMONSTRAÇÕES PATRIMONIAIS E DE RESULTADOS



Plano de Benefício Previdencial – 31 de Dezembro 2007

R\$

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo	967.635.474,39	724.069.445,87	Passivo	967.635.474,39	724.069.445,87
Disponível	115.414,28	71.651,51	Contas a Pagar	1.084.071,44	1.634.443,44
Contas a Receber	253.224.738,90	125.436.772,83	Valores em Litígio	9.406.139,08	303.971,98
Aplicações	713.996.582,57	598.233.489,84	Compromissos c/Partic. e Assist.	898.814.209,74	618.716.018,74
Renda Fixa	560.074.422,64	490.984.051,02	Fundos	58.331.054,13	103.415.011,71
Renda Variável	114.161.100,35	67.021.858,49	Equilíbrio Técnico	-	-
Imóveis	24.213.905,79	25.636.077,87	Resultados Realizados	-	-
Empréstimos / Financiamentos	15.493.661,23	14.515.050,65	Superávit Técnico Acumulado	-	-
Outras	53.492,56	76.451,81	(-) Déficit Técnico Acumulado	-	-
Bens de Uso Próprio	298.738,64	327.531,69	Resultados a Realizar	-	-

* Fonte: Demonstrações Contábeis aprovadas em 31/12/2007.

Demonstração de Resultados

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) Contribuições	168.761.848,22	181.563.975,07
(-) Benefícios	(24.569.009,86)	(62.509.602,85)
(+/-) Rendimentos das Aplicações	106.174.986,59	72.776.729,56
(=) Recursos Líquidos	250.367.824,95	191.831.101,78
(-) Despesas com Administração	(6.184.585,57)	(6.222.557,02)
(+/-) Formação (Utilização) de Valores em Litígio	(9.169.005,96)	(586.549,91)
(+/-) Formação (Utilização) dos Compromissos com Participantes e Assistidos	(280.098.191,00)	14.792.034,26
(+/-) Formação (Utilização) de Fundos para Riscos Futuros	45.083.957,58	(8.238.533,50)
(+/-) Incorporação (Dissolução) de Plano(s)	-	-
(=) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	0,00	191.575.495,61

Comentários sobre a rentabilidade do Plano:

A rentabilidade do Plano foi equivalente a 17,26%, contra um mínimo atuarial de 11,47% (INPC + 6% aa).

Comentários sobre o custeio administrativo do Plano:

As despesas administrativas são apropriadas entre os programas, proporcionalmente ao comprometimento de suas respectivas atividades, em relação ao custeio total, o custeio administrativo do programa previdencial totalizou R\$2.403.790,48, representando 8,81% dos recursos coletados previdenciais correntes de R\$27.286.381,81.

Plano de Benefício Assistencial – 31 de Dezembro 2007

R\$

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo	2.201.501,66	1.735.533,67	Passivo	2.201.501,66	1.735.533,67
Disponível	19.808,33	11.738,08	Contas a Pagar	362.258,51	847.106,14
Contas a Receber	245.447,27	273.458,21	Valores em Litigio	77.148,66	-
Aplicações	1.936.246,06	1.450.337,38	Fundos	1.762.094,49	888.427,53
Renda Fixa	1.936.246,06	1.450.337,38			

Demonstração de Resultados

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) Contribuições	3.158.388,29	2.794.697,26
(-) Benefícios	(1.917.882,06)	(1.807.897,07)
(+/-) Rendimentos das Aplicações	240.562,90	220.601,77
(=) Recursos Líquidos	1.481.069,13	1.207.401,96
(-) Despesas com Administração	(530.253,51)	(590.480,92)
(+/-) Formação (Utilização) de Valores em Litigio	(77.148,66)	-
(+/-) Incorporação (Dissolução) de Plano(s)	-	-
(+/-) Formação (Utilização) de Fundos para Riscos Futuros	873.666,96	616.921,04

Comentários sobre a rentabilidade do Plano:

A rentabilidade do Plano foi equivalente a 11,78%

Comentários sobre o custeio administrativo do Plano:

O custeio administrativo foi apurado de acordo com a proposta orçamentária de 2007, aprovada pelo Conselho Deliberativo, totalizando R\$ 530.253,51, no exercício de 2007.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Balço Patrimonial – 31 de Dezembro de 2007

R\$ MIL

Ativo	Exercício		Passivo	Exercício	
	Atual	Anterior		Atual	Anterior
Disponível	135	83	Exigível Operacional	1.447	2.481
Realizável	969.403	725.394	Programa Previdencial	101	32
Programa Previdencial	252.052	124.159	Programa Assistencial	57	430
Programa Assistencial	204	240	Programa Administrativo	1.281	1.968
Programa Administrativo	1.214	1.311	Programa de Investimentos	8	51
Programa de Investimentos	715.933	599.684	Exigível Contingencial	9.483	304
Renda Fixa	562.011	492.434	Programa Previdencial	9.406	1
Renda Variável	114.161	67.022	Programa Assistencial	77	303
Investimentos Imobiliários	24.214	25.636	Exigível Atuarial	898.814	618.716
Operações com Participantes	15.494	14.515	Provisões Matemáticas	898.814	618.716
Outros Realizáveis	53	77	Benefícios Concedidos	210.453	171.388
Permanente	299	328	Benefícios a Conceder	757.514	522.247
Imobilizado	224	258	(-) Prov. Matemát. a Constituir	(69.153)	(74.919)
Diferido	75	70	Reservas e Fundos	60.093	104.304
			Equilíbrio Técnico	0	0
			Resultados Realizados	0	0
			(-) Déficit Técnico Acumulado	0	0
			Fundos	60.093	104.304
			Programa Previdencial	57.258	102.595
			Programa Assistencial	1.762	889
			Programa Administrativo	504	317
			Programa de Investimentos	569	503
Total do Ativo	969.837	725.805	Total do Passivo	969.837	725.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

* Fonte: Demonstrações Contábeis aprovadas em 31/12/2007.

Demonstração de Resultados Consolidados – 31 de Dezembro de 2007

R\$ MIL

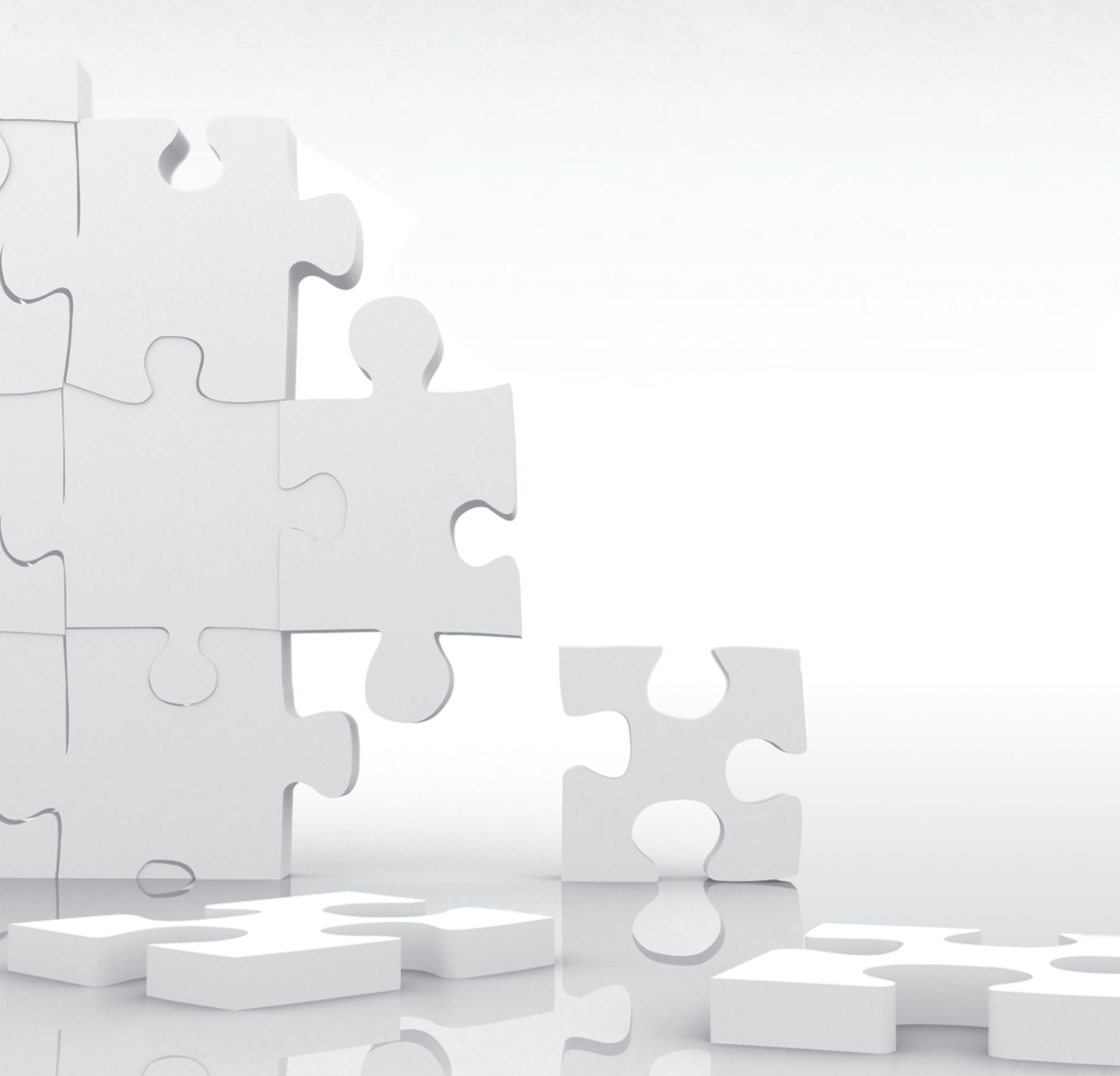
Descrição	Exercício	
	Atual	Anterior
Programa Previdencial		
(+) Recursos Coletados	168.762	181.564
(-) Recursos Utilizados	(24.569)	(62.509)
(+/-) Const. / Rever. de Contingência	(9.438)	(409)
(-) Custeio Administrativo	(2.404)	(2.822)
(+/-) Resultados dos Invest. Previdenciais	102.410	69.210
(+/-) Const. / Rever. de Prov. Atuariais	(280.098)	14.792
(+/-) Form. / Reversão de Fundos	45.337	(8.250)
(=) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	0	191.576
Programa Assistencial		
(+) Recursos Coletados	3.158	2.795
(-) Recursos Utilizados	(1.918)	(1.808)
(-) Custeio Administrativo	(530)	(591)
(+/-) Resultados dos Invest. Assistenciais	241	221
(=) Constituições (Reversões) de Fundos	951	617
Programa Administrativo		
(+) Recursos Oriundos de Outros Programas	6.751	6.793
(+) Receitas	102	55
(-) Despesas	(6.817)	(6.868)
(+/-) Const. / Rever. de Contingências	269	(177)
(+/-) Resultados dos Investimentos Administrativos	(118)	92
(=) Constituições (Reversões) de Fundos	187	(105)
Programa de Investimentos		
(+/-) Renda Fixa	64.826	52.072
(+/-) Renda Variável	37.186	15.503
(+/-) Investimentos Imobiliários	2.035	3.993
(+/-) Operações com Participantes	2.075	1.654
(+/-) Relacionadas com o disponível	(186)	(225)
(+/-) Relacionadas com Tributos	756	0
(+/-) Outros Investimentos	(276)	0
(-) Custeio Administrativo	(3.817)	(3.380)
(+/-) Resultados Receb. / Trans. p/outros programas	(102.533)	(69.523)
(=) Constituições (Reversões) de Fundos	66	94

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado)

* Fonte: Demonstrações Contábeis aprovadas em 31/12/2007.



NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O NUCLEOS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 22 de dezembro de 1978, de acordo com escritura lavrada em cartório, nos termos da Lei 6.435, de 15 de julho de 1977, revogada pela Lei complementar nº 109/2001, de 29 de maio de 2001, e Lei complementar nº 108, de 29 de maio de 2001 e obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, através da Secretaria de Previdência Complementar e de resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional.

A Entidade tem como objetivo principal garantir a seus participantes e respectivos beneficiários a suplementação dos benefícios concedidos pela Previdência Social.

Os recursos financeiros de que o NUCLEOS dispõe para atender ao seu objetivo principal e para o seu funcionamento operacional são oriundos de contribuições de suas patrocinadoras INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. – INB (instituidora), ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. – ELETRONUCLEAR - ETN, NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL, de seus participantes, dos assistidos e dos rendimentos auferidos pelas aplicações desses recursos, que são efetuadas de acordo com o disposto na Resolução 3.456, de 01 de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional e suas alterações.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do NUCLEOS foram elaboradas em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, através da Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002 e suas alterações, e implementadas pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, de acordo com a legislação vigente.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão descritas a seguir:

- a) Os recursos coletados, os recursos utilizados, as receitas e as despesas são registrados pelo regime de competência;
- b) Os saldos do fluxo financeiro são derivados das variações ocorridas nos respectivos programas Previdencial, Assistencial, Administrativo e de Investimentos;
- c) O ativo realizável Programa Previdencial registra os recursos a receber das patrocinadoras e dos participantes. As contribuições contratadas e não contratadas das patrocinadoras são atualizadas monetariamente, até a data das demonstrações financeiras, em conformidade com os parâmetros definidos no Estatuto, no Plano Básico de Benefícios e nas disposições contratuais;
- d) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002 e alterações, que contempla a constituição de provisão escalonada e equivalente a 100% para atrasos superiores a 360 dias;
- e) Os títulos e valores mobiliários, exceto quanto às aplicações em fundos de investimentos e em ações, são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ágios e deságios ocorridos na aquisição de títulos são corrigidos e apropriados mensalmente ao resultado *pro rata* dia, pelo prazo decorrente da aquisição até o vencimento do título;
- f) Os fundos de investimentos de renda fixa e renda variável são registrados ao custo de aquisição, deduzido das despesas diretas incorridas, e ajustado ao valor de mercado com base no valor da quota no último dia útil do mês;

- g) As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas incidentes, ajustadas ao valor de mercado com base na cotação média das ações no último dia do mês que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). A variação verificada na comparação entre os valores contábeis e os de mercado é reconhecida diretamente no resultado do exercício. Os dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidos no resultado pelo regime de competência;
- h) Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição, reavaliado em período não superior a três anos e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear, pelas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de reavaliação;
- i) As operações com participantes referem-se a empréstimos concedidos aos participantes, amortizáveis mensalmente, atualizados monetariamente pelo índice utilizado na determinação do “mínimo atuarial” (rentabilidade mínima esperada para os ativos da entidade) que é o INPC acrescido de 6% ao ano, para contratos celebrados a partir de janeiro de 2002, ou pelo índice atribuído às cadernetas de poupança, com renda mensal, para os contratos celebrados até dezembro de 2001;
- j) As provisões matemáticas correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros assumidos pela entidade em relação a seus participantes, e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos, calculadas de forma recorrente (recalculada mensalmente com dados atualizados), com base em informações relativas a maio de 2006, por e sob responsabilidade da STEA – Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda., empresa de consultoria atuarial responsável pelas avaliações atuariais do NUCLEOS;
- k) As transferências interprogramas do resultado líquido do Programa de Investimentos para os Programas Previdencial e Administrativo são efetuadas proporcionalmente ao patrimônio líquido de cada programa, com base no mês anterior.

No Programa Previdencial o item custeio administrativo reflete o valor das importâncias transferidas para a cobertura do respectivo custo com a operacionalização de suas atividades, controladas através de centros de custo no Programa Administrativo.

As transferências do Programa Assistencial para o Programa Administrativo, cuja finalidade é a cobertura das despesas administrativas relacionadas com a atividade assistencial (NUCLEOS SAÚDE), são efetuadas através de contas próprias. As transferências do Programa de Investimentos para o Programa Assistencial são efetuadas de acordo com os resultados obtidos com os recursos provenientes do Programa Assistencial.

NOTA 4 - DISPONÍVEL

Os saldos das disponibilidades, no total de R\$ 135 (R\$ 83 em dezembro de 2006), estão livremente disponíveis e não vinculados a linhas de crédito ou de financiamento.

NOTA 5 - REALIZÁVEL

5.1 – Programa Previdencial

31/12/2007

Descrição	Patrocinadora				Participantes	Outros	Total	31/12/2006
	INB	ETN	Nuclep	Subtotal				
Contribuições do Mês	1.065	2.250	599	3.914	25	1	3.940	1.936
Não Contratadas			0	0			0	0
Anterior a 31/08/88			6.686	6.686			6.686	10.691
(-) Provisão para Liquidação Duvidosa			(6.686)	(6.686)			(6.686)	(10.691)
Posterior a 31/08/88			13.349	13.349			13.349	21.345
(-) Provisão para Liquidação Duvidosa			(13.349)	(13.349)			(13.349)	(21.345)
Contratadas	124.294	0	122.986	247.280			247.280	120.496
Contrato a Vencer	124.294		122.986	247.280			247.280	120.496
Contrato	123.247		122.986	246.233			246.233	119.186
Valores a Receber	1.047			1.047			1.047	1.310
Contrato Vencido			0	0			0	0
Contribuições em Atraso			33.626	33.626			33.626	47.785
(-) Provisão para Liquidação Duvidosa			(33.626)	(33.626)			(33.626)	(47.785)
Dívida Assistencial			97.078	97.078			97.078	137.956
(-) Provisão para Liquidação Duvidosa			(97.078)	(97.078)			(97.078)	(137.956)
Outros Realizáveis						832	832	1.727
Total	125.359	2.250	123.585	251.194	25	833	252.052	124.159

5.1.1 - Contribuições do mês

Referem-se aos valores relativos ao mês de competência, cujos repasses ocorrem até o 2º dia útil após o pagamento da respectiva folha de salários de cada patrocinadora.

5.1.2 - Contribuições em atraso não contratadas

Referem-se às parcelas devidas pela patrocinadora NUCLEP, composta pelas parcelas das dívidas relativas aos seguintes períodos:

- a) período anterior a 31 de agosto de 1988 – O valor a receber em 31 de dezembro de 2007 é equivalente a R\$ 6.686 (R\$ 10.691 em dezembro de 2006);
- b) período de janeiro de 1995 a dezembro de 1996 – Refere-se ao montante do recálculo do salário de participação, cujo valor em 31 de dezembro de 2007 corresponde a R\$ 1.501 (R\$ 2.400 em dezembro de 2006);
- c) período de junho de 1995 a dezembro de 2000 – O valor corresponde às contribuições da patrocinadora, que em 31 de dezembro de 2007 são equivalentes a R\$ 11.848 (R\$ 18.945 em dezembro de 2006).

5.1.3 - Contribuições em atraso contratadas

Registra o montante da dívida contratada com as patrocinadoras INB e NUCLEP, referentes a contratos firmados em 31 de maio de 2006 e 31 de dezembro de 1994, respectivamente, como segue:

INB – Em maio de 2006, conforme termo de homologação em juízo e carta DF 129/2006, o total da dívida da patrocinadora INB foi renegociado, tendo sua provisão para perda revertida e refletindo no resultado daquele exercício, o registro contábil ocorreu após a homologação em juízo, que ocorreu em novembro de 2006. O montante da dívida na data da repactuação foi de R\$ 119.568.

O valor da dívida contratada em 31 de dezembro de 2007 equivale a R\$ 123.247.

NUCLEP

- a) período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida previdenciária atualizada monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante em 31 de dezembro de 2007 equivale a R\$ 33.626 (R\$ 47.785 em dezembro de 2006);
- b) período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida assistencial, com todas as parcelas vencidas, e sendo atualizadas monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante em 31 de dezembro de 2007 corresponde a R\$ 97.078 (R\$ 137.956 em dezembro de 2006).

5.2 - Negociação da Dívida

Por decisão judicial lavrada por sentença da juíza titular da 30ª Vara Cível da Justiça Estadual da Comarca da Capital do Rio de Janeiro em 06/07/2007, a patrocinadora Nuclep foi condenada ao pagamento de sua dívida, no montante de R\$ 220.070. Em consequência da referida decisão judicial, a Nuclep, através da correspondência P-035/2007, de 12/07/2007, se dispôs a celebrar um acordo com o Instituto para o equacionamento da referida dívida, em termos que sejam aceitáveis para ambas as partes.

Em face da manifestação para celebração do referido acordo de equacionamento, o Conselho Deliberativo, em reunião ocorrida em 18/07/2007, fundamentado por pareceres jurídicos e do atuário responsável pelo plano de benefícios, resolveu transferir para o mês de dezembro de 2007 o aumento das contribuições dos participantes ativos, assistidos, autopatrocinados e das patrocinadoras, que estava previsto para vigorar a partir do mês de julho de 2007.

Em novembro de 2007, conforme termo de homologação em juízo e comunicado PR 065/2007, o equacionamento parcial da dívida da patrocinadora NUCLEP foi acordado, tendo sua provisão para perda revertida e refletindo no resultado daquele exercício, o registro contábil ocorreu após a ho-

mologação em juízo, que ocorreu em 21 de novembro de 2007. O montante da dívida repactuada parcialmente foi de R\$ 121.111, com a primeira parcela a vencer em novembro de 2009.

5.3 - Outros realizáveis

Correspondem aos valores a receber do Programa Previdencial, relativos aos adiantamentos concedidos a participantes por conta de suplementação, reembolsáveis pelo INSS cujo montante em 31 de dezembro de 2007 corresponde a R\$ 832 (R\$ 1.727 em dezembro de 2006).

5.4 - Provisão para direitos a receber de liquidação duvidosa

Foram provisionados, com base na legislação vigente, 100% das parcelas com atraso superior a 360 dias, conforme indicado abaixo:

Em milhares de reais

Períodos/contratados	31/12/2007			31/12/2006
	INB	NUCLEP	Total	
Até 31/08/1988		6.686	6.686	10.691
Posterior a 31/08/1988		13.349	13.349	21.345
Contratados em atraso Previdencial		33.626	33.626	47.785
Contratados em atraso Assistencial		97.078	97.078	137.956
		150.739	150.739	217.777

NOTA 6 - COBRANÇA JUDICIAL

Em 16/12/2002, o Instituto ajuizou ações de cobrança no montante de R\$ 147.493 relativas às contribuições em atraso, não contratadas, referentes a períodos anteriores e posteriores a 31 de agosto de 1988, bem como aos contratos de confissão de dívida previdencial e assistencial, cujas parcelas estão em atraso, junto às 30ª (NUCLEP) e 38ª (INB) Varas Cíveis do Rio de Janeiro.

Com relação à patrocinadora INB foi celebrado acordo do valor total da dívida nos autos do processo de cobrança, homologado em juízo em 19/10/2006, cujos repasses são realizados mensalmente pela patrocinadora (vide nota 5.1.3).

Em 26/11/2007 foi homologado acordo para pagamento parcial da dívida da patrocinadora NUCLEP, quanto ao montante de R\$ 120.110.860,84, referente à parte incontroversa e reconhecida pela empresa, ficando pendente de julgamento, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o restante da dívida que já havia sido reconhecido através de sentença de primeira instância, conforme informado no comunicado PR 065/2007 de 22 de novembro de 2007.

NOTA 7 - PROGRAMA ASSISTENCIAL

São registrados no Programa Assistencial os valores relativos às contribuições dos participantes associados ao plano médico auto-sustentado – NUCLEOS SAUDE I, no montante de R\$ 73 (R\$ 114 em dezembro de 2006), bem como valores a receber do Programa Assistencial, NUCLEOS SAUDE II, no montante de R\$ 131 (R\$ 126 em dezembro de 2006).

NOTA 8 - PROGRAMA ADMINISTRATIVO

Valores a receber, correspondentes às despesas futuras, que consolidam os adiantamentos a empregados, a fornecedores e ao saldo do almoxarifado, assim como a outros realizáveis, que representam os valores a receber dos empregados, relativos a vales-transporte, vales-refeição, assistência médica, convênios e débitos de patrocinadoras - valores a ressarcir.

NOTA 9 - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Em milhares de reais

	31/12/2007	31/12/2006
Renda fixa		
Títulos de responsabilidade do Governo Federal	3.609	4.194
Aplicações em instituições financeiras	494.305	405.213
Títulos de empresas	64.096	83.027
	562.010	492.434
Renda variável		
Mercado de ações	22	22
Fundos de investimentos	95.604	49.183
Fundos de investimentos em participações	18.535	17.817
	114.161	67.022
Investimentos imobiliários		
Edificações	20.825	21.124
Participações		3.944
Direitos em alienação de investimento imobiliário	2.889	
Fundos de investimentos	500	568
	24.214	25.636
Operações com participantes		
Empréstimos	15.494	14.515
Outros realizáveis		
	54	77
	715.933	599.684

9.1 - Títulos de renda fixa

9.1.1 - Precificação de Ativos

Conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil e pela Resolução MPS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002 e alterações, pela Resolução MPS/CGPC nº 08, de 19 de junho de 2002, e Resolução MPS/CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos de renda fixa foram classificados como:

Títulos mantidos até o vencimento

Refere-se a títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da entidade de mantê-los até os seus vencimentos, e que são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2007, em contrapartida com o resultado do exercício.

No quadro a seguir, estão demonstrados os títulos, por modalidade e por categoria de avaliação, sendo o valor de mercado apurado com base nos preços unitários de negociação divulgados pela ANDIMA.

Em milhares de reais

	Valor Contábil	Valor de Mercado
Títulos públicos		
Letras Financeiras do Tesouro	3.609	3.609
Notas do Tesouro Nacional tipo B	131.029	138.830
Notas do Tesouro Nacional tipo C	58.651	60.733
	193.289	203.172
Títulos privados		
Debêntures não conversíveis	64.096	64.185
	257.385	267.357

Como podemos observar na tabela acima, caso os títulos da categoria mantidos até o vencimento fossem negociados a mercado na data base de 31/12/2007, o Instituto registraria um ganho de R\$ 9.972.

Títulos para negociação

Como títulos para negociação, foram classificados todos os demais que integram a carteira de Títulos de Renda Fixa, que são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos das despesas diretas incorridas e ajustados ao valor de mercado com base na variação média diária.

9.1.2 - Provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de agosto de 2006, de acordo com a ata da 422ª reunião da Diretoria Executiva, foi constituída uma provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 7.477, referente à posição de 6.991 debêntures da empresa Têxtil Renaux, correspondente a 100% do ativo.

Em setembro de 2006, frente a dificuldades financeiras da Têxtil Renaux, o agente fiduciário solicitou a liberação da “conta reserva” na qual coube ao Nucleos a parcela de R\$ 774, relativa à amortização e aos juros desta debênture, reduzindo as perdas no investimento. O valor da provisão em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 8.762.

9.1.3 - Títulos de renda variável

Mercado à vista

As ações negociadas em bolsa de valores são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas de despesas diretas de corretagem e outras taxas e ajustadas ao valor de mercado, com base na cotação média das ações no último dia de negociação na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).

A variação verificada na comparação entre o custo contábil e o valor de mercado é apropriada diretamente ao resultado do exercício.

Fundos de investimentos

Representados por recursos aplicados em fundos de ações (vide nota 3 – f), R\$ 95.604 (R\$ 49.183 em dezembro de 2006).

Outros investimentos de renda variável

Representam as aplicações efetuadas em fundos de investimentos em participações, cujo critério de atualização é a valorização pela quota do último dia útil do mês, R\$ 18.535 (R\$ 17.817 em dezembro de 2006).

9.2 - Custódia dos Títulos

Os títulos de renda fixa e de renda variável que constam da carteira do NUCLEOS estão custodiados no HSBC.

9.3 - Investimentos Imobiliários

Estão registrados pelo valor reavaliado, revisto a cada três anos, como determina a Resolução CMN nº 3.121, de 25 de setembro de 2003 e suas alterações e Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002 e alterações, deduzidos da depreciação (exceto terrenos) que é calculada pelo método linear, conforme as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de reavaliação.

A última reavaliação da carteira imobiliária do NUCLEOS foi efetuada em dezembro de 2005 e originou um resultado positivo de R\$ 5.301; e a próxima deverá ocorrer até dezembro de 2008.

9.3.1 - Participações – Shoppings Centers

Shopping Light

O NUCLEOS é detentor de 15% de participação no empreendimento, cujo custo de aquisição foi R\$ 8.532 em 1998. No exercício de 2002, o investimento foi reavaliado em R\$ 2.250 e, no exercício de 2005, foi reavaliado em R\$ 1.825, acumulando uma perda nominal, entre a data de aquisição e a data da última reavaliação, de R\$ 6.707.

Em 8 de março de 2007 o Conselho Deliberativo aprovou a proposta recebida para a venda da participação do NUCLEOS no empreendimento Shopping Light (15%) por R\$ 1.790, mediante o recebimento de um sinal de R\$ 675 quando da assinatura da escritura pública, seis parcelas de R\$ 170 e uma de R\$ 95, vencíveis anualmente no mesmo dia dos avos subseqüentes, reajustáveis pela variação do INPC + 6% aa. Nessa operação, o NUCLEOS irá inicialmente exercer o seu direito de preferência na aquisição de 25% adicionais de participação por R\$ 3.000 a serem pagos em 60 parcelas acrescidas de juros de 0,5% ao mês e atualizadas pelo INPC, e que serão repassadas no mesmo momento e nas mesmas condições para a empresa que está adquirindo a participação de 15%, sendo esta também responsável pelo pagamento das parcelas.

Em 14 de junho de 2007, conforme escritura de compra e venda do 7º tabelionato de notas da cidade de São Paulo, o NUCLEOS vendeu integralmente sua participação de 15% no empreendimento, nas condições acima mencionadas.

Direitos em alienação de investimento imobiliário

Em 31 de dezembro de 2007, os valores referentes a direitos em alienação de investimento imobiliário são assim compostos: R\$ 1.140 – Shopping Light e R\$ 1.749 – Shopping Santana.

9.3.2 - Amortização e depreciação

A amortização (shopping centers) foi de 1,99%. A depreciação (demais imóveis) média foi 3,78%, variando de 3,65% a 4,00%, percentuais dentro dos padrões de mercado.

Movimentação de carteira - 2007

Em milhares de reais

Imóveis	31/12/2006	Variações 2007*	31/12/2007
Uso próprio	972	(28)	944
Locados a patrocinadora	6.709	(105)	6.604
Locados a terceiros	13.237	(172)	13.065
Participações	1.789	(1.789)	
Fundo imobiliário	569	(69)	500
	23.276	(2.163)	21.113
Aluguéis a receber	205	(7)	212
Direitos de alienação	2.155	734	2.889
	25.636	(1.422)	24.214

* As variações correspondem à depreciação e amortização dos imóveis, à variação negativa do fundo e às parcelas a receber referentes à venda da participação no Shopping Santana.

9.3.3 - Fundos de investimentos imobiliários

Fundo imobiliário C&D Estação Plaza Show

O montante investido originalmente no fundo foi de R\$ 6.228, em 1997. No exercício 2001, por ocasião de reavaliação do empreendimento, o seu valor foi reduzido para R\$ 859. O valor registrado em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 500 (R\$ 569 em dezembro de 2006), acumulando, desde a data de aquisição, uma perda de R\$ 5.728.

Em 26 de abril de 2002, o Instituto ingressou com ação na Justiça Federal no intuito de desfazer o negócio, com o conseqüente ressarcimento do valor originalmente aplicado, devidamente atualizado. O processo encontra-se ainda em fase inicial, tendo em vista que a ação foi protocolizada na Comarca do Rio de Janeiro e houve uma decisão declinando a competência para a Comarca de Curitiba. O Instituto ingressou ainda recurso e o cumprimento da decisão está suspenso até julgamento do agravo. Até a presente data os autos do recurso se encontram com a relatora, Desembargadora Federal Julieta Lutz, no Tribunal Regional Federal da 2ª região.

9.4 - Operações com participantes

Apresentam o montante dos empréstimos simples concedidos aos participantes, amortizáveis mensalmente, com cláusula de atualização monetária pelo índice utilizado na determinação do "mínimo atuarial" (rentabilidade mínima dos ativos do Instituto), INPC acrescido de 6% ao ano, para os contratos assinados a partir de janeiro de 2002, conforme determina os dispositivos da Resolução nº. 3.456, de 01 de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, e, com cláusula de atualização monetária pelo índice atribuído às cadernetas de poupança, com renda mensal, para os contratos assinados até dezembro de 2001.

De acordo com o artigo nº 37 do Regulamento anexo à Resolução citada, os limites para o segmento Empréstimo e Financiamento a Participantes são de 15% pela Resolução CMN nº 3.456/2007 e suas alterações, em relação ao total dos recursos aplicados. Em dezembro de 2007 o referido percentual corresponde a 2,16% (2,42% em dezembro de 2006).

9.5 - Outros realizáveis

Correspondem aos valores relativos ao laudo técnico de revisão de bases de cálculos de imposto de renda, referente ao Regime Especial de Tributação – RET, que está sendo utilizado para compensação dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, mais R\$ 20 em depósito em instituição sob intervenção, cujo saldo total em 31 de dezembro de 2007 é R\$ 53 (R\$ 77 em dezembro de 2006).

NOTA 10 - PERMANENTE

Contempla os bens utilizados no desempenho da atividade social do NUCLEOS, compreendido pelos bens do imobilizado, apresentando-se devidamente depreciados pelo método linear a taxas em função da vida útil-econômica, fixadas por espécie de bens, de acordo com a Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002 e alterações. O diferido refere-se a gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de processamento de dados e são amortizados à taxa de 20% ao ano.

Em milhares de reais

	31/12/2006	Depreciação/ amortização	Entradas	Saídas	31/12/2007
Permanente:					
Imobilizado					
Móveis e utensílios	71	(9)			60
Máquinas e equipamentos	187	(33)	10		164
	258	(42)	10		224
Diferido	70	(39)	44		75
	328	(81)	54		299

NOTA 11 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

11.1 - Contingências Passivas

No encerramento do exercício de 2007, foram registradas provisões em relação a processos cuja expectativa de perda foi considerada possível ou provável pelos advogados dos escritórios que patrocinam as ações em que é parte o do Instituto.

No Programa Previdencial registrou-se R\$ 9.841, decorrentes de causas relativas à ação contra a NUCLEP para pagamento integral das contribuições extraordinárias para equacionamento de sua dívida e outras relacionadas à revisão de benefícios de suplementação corrigidos monetariamente pela TR até 30/09/2007. Em uma dessas ações foi efetuado depósito judicial no montante de R\$ 435, e no Programa Administrativo registrou-se R\$ 85 tendo sido feito o depósito judicial do montante relativo a processos de natureza trabalhista (R\$ 303 em dezembro de 2006).

No Programa de Investimentos foram atualizadas as provisões e respectivos depósitos judiciais, já registrados nos exercícios de 2003 e 2004, no valor de R\$ 2.346 relacionados aos processos inerentes à Medida Cautelar nº. 348 - 5ª Vara de Fazenda Pública do Município do Rio de Janeiro, onde o NUCLEOS pleiteava sua imunidade tributária para o IPTU dos imóveis constantes da sua carteira. Com a decisão do Supremo Tribunal Federal que não reconheceu a imunidade tributária das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, entre as quais o Instituto se inclui, é provável que os referidos depósitos sejam apropriados pelo município.

11.2 - Contingências Ativas

O Instituto possui duas contingências ativas, não provisionadas, relativas a ações contra ex-dirigentes, contra a União e o BACEN.

11.2.1 - Ações contra ex-dirigentes

Com a determinação do Conselho Deliberativo pela contratação de uma empresa especializada para realização de auditoria nas operações de investimentos em títulos públicos federais e debêntures, títulos esses, adquiridos pela Diretoria Executiva anterior, na gestão de agosto de 2003 a agosto de 2005, constatou-se, pelos resultados apresentados, uma perda estimada em até R\$ 25.696 (R\$ 22.728 em títulos públicos e R\$ 2.968 em debêntures).

Visando recuperar os prejuízos causados, o NUCLEOS, inicialmente, ajuizou medida cautelar inominada (processo N.º. 2005. 51. 01. 024956-0) com o objetivo de: a) obter a indisponibilidade de bens dos réus; b) proceder à constituição antecipada de provas, e c) impedir a intervenção pela Secretaria de Previdência Complementar no Instituto. Essa cautelar visou também garantir o objeto da conseqüente ação indenizatória contra os ex-dirigentes e a ex-gerente financeira (processo n.º. 2006.51.01.001.018-0), que tramitou perante a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro e foi aforada para a 13ª Vara Cível da Justiça Estadual (processo n.º 2006.001.141853-9). A par dessas ações, o NUCLEOS propôs ação indenizatória perante a 45ª Vara Cível da Justiça Estadual em face dos mesmos réus, tendo em vista a aquisição das debêntures da empresa Têxtil Renaux (processo n.º 2006.001.141611-7).

Dando prosseguimento às ações em face dos ex-dirigentes do NUCLEOS, este apresentou notícia crime à Procuradoria da República no Rio de Janeiro a qual requisitou à Superintendência da Polícia Federal a instauração de inquérito policial que tomou o n.º 924 na DELEFIN/PF - Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros.

11.2.2 - Ações contra a União e o BACEN

No exercício de 2005 o Instituto obteve êxito na ação contra a União e o Banco Central, num processo cujo objeto foi a correção monetária plena dos cruzados novos (Plano Verão), transitado em julgado (sem direito a interposição de recurso). Em 04/07/2007 o NUCLEOS iniciou execução do processo, apresentando os cálculos de liquidação de sentença, que montam R\$ 4.767.996,77.

NOTA 12 - EXIGÍVEL ATUARIAL

O exigível atuarial demonstra o total do patrimônio constituído pelos planos de benefícios em função dos compromissos atuais e futuros com seus participantes.

	Em milhares de reais	
	31/12/2007	31/12/2006
Provisões matemáticas	898.814	618.716
Benefícios concedidos	210.454	171.388
Benefícios do plano	210.454	171.388
Benefícios a conceder	757.513	522.247
Benefícios do plano com a geração atual	810.046	640.751
Outras contribuições da geração atual	(52.533)	(118.504)
Provisões matemáticas a constituir	(69.153)	(74.919)
Serviço passado	(69.153)	(74.919)

12.1 - Provisões Matemáticas

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros estabelecidos no Regulamento do Plano de Benefícios administrado pelo NUCLEOS e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos.

12.1.1 - Benefícios Concedidos

Registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do Plano em relação aos atuais assistidos e o valor atual das contribuições futuras destes participantes.

12.1.2 - Benefícios a Conceder

Registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do Plano para com os participantes ativos e o valor atual das contribuições futuras destes participantes.

12.1.3 - Provisões Matemáticas a Constituir

Destinadas à cobertura de compromissos previdenciários apurados na data de implantação do plano, estas provisões refletem a anormalidade da distribuição etário-salarial, caracterizada pela alta frequência de grupos envelhecidos existentes à época da criação do NUCLEOS, com o respectivo custo atribuído exclusivamente às empresas patrocinadoras, pelo retardamento na criação do plano e a conseqüente falta de contribuição relativa aos serviços anteriores.

Assim, a Provisão Matemática a Constituir representa a segregação dos compromissos de responsabilidade exclusiva das empresas patrocinadoras para cobertura dos encargos relativos aos tempos de serviços anteriores da geração atual, cujo término da amortização está previsto para novembro de 2020.

12.2 - Premissas e Hipóteses Atuariais

Tábua de mortalidade

Na avaliação processada em 2005 foi definida a utilização da tábua conhecida como AT-2000, tendo em vista sua melhor aderência à realidade da população de participantes, bem como suas expectativas de vida serem superiores àquelas determinadas pela tábua AT-83, consideradas mínimas, de acordo com regulamentação da Secretaria de Previdência Complementar (Resolução CGPC 18/2006).

O impacto causado pela mudança de tábua sobre as provisões matemáticas foi aplicado gradativamente ao longo de cinco anos, distribuindo linearmente o impacto sobre as provisões. Assim sendo, para os participantes ativos, seguindo a programação estabelecida em 2005, foi utilizada a GAM-71 agravada com 1/5 da diferença entre a AT-2000 e a GAM-71. Em 2006, o agravamento foi de 2/5 e em 2007 3/5 daquela diferença. Para 2008, o agravamento será de 4/5 daquela diferença, fazendo com que as expectativas de vida sejam equivalentes às previstas na tábua AT-83, caso fosse esta utilizada de forma plena. Para os participantes assistidos, continua sendo utilizada a AT-2000 de forma plena.

O valor previsto para acréscimo das provisões matemáticas de benefícios a conceder para 2008, em função da adoção desta premissa, está estimado em R\$ 9.700 mil.

Crescimento real de salários

A avaliação realizada em 2005 levou em consideração uma nova premissa de crescimento real anual de salário, fundamentada por estudos estatísticos de regressão. Porém, para não impactar ainda mais os compromissos do Plano, esta nova política está sendo implantada gradativamente em três anos: 55% em 2006, 22,5% em 2007 e 22,5% na reavaliação de 2008.

O valor previsto para acréscimo das provisões matemáticas de benefícios a conceder para 2008, em função da adoção desta premissa, está estimado em R\$ 29.100 mil.

NOTA 13 - RESERVAS E FUNDOS

13.1 - Equilíbrio Técnico

Em 31 de dezembro de 2007, o instituto apurou conforme apresentado abaixo:

	Em milhares de reais	
	31/12/2007	31/12/2006
Resultados realizados:		
Até o exercício anterior		(191.576)
No exercício atual		191.576
Superávit/ (déficit) técnico		

○ resultado realizado no exercício pode ser assim apresentado:

	Em milhares de reais	
	31/12/2007	31/12/2006
Resultado positivo do programa previdencial	134.755	119.055
Resultado positivo do Programa de Investimentos	102.410	69.210
Custeio administrativo	(2.404)	(2.822)
Saldo disponível para constituição	234.761	185.443
Constituição de contingências		(409)
Constituição de provisões atuariais	(280.098)	14.792
Formação de fundos previdenciais	45.337	(8.250)
Superávit técnico do exercício		191.576

Conforme apresentado nos quadros anteriores, a reversão do referido déficit foi motivada principalmente: a) pelo aumento do resultado do Programa Previdencial, refletindo a reversão da provisão para perda relativa à homologação em juízo de contribuições previdenciárias em atraso com a patrocinadora NUCLEP (vide nota 5.1); b) pelo crescimento da rentabilidade dos ativos; c) reversão do fundo administrativo.

13.2 - Fundos

Os fundos constituídos apresentavam os seguintes saldos:

	Em milhares de reais	
	31/12/2007	31/12/2006
Fundo Previdencial	57.258	102.595
Fundo Assistencial	1.762	889
Fundo Administrativo	504	317
Fundo de Investimentos	569	503
	60.093	104.304

13.2.1 - Fundo Previdencial

O Fundo Previdencial tem o objetivo de cobrir eventuais oscilações de riscos que venham a ocorrer futuramente no Plano de Benefícios. É atualizado monetariamente pela variação do INPC acrescido de 6% ao ano.

No exercício findo em dezembro de 2007, comparativamente a 2006, o fundo sofreu uma redução de 44.19% devido à utilização de parte dele para equacionamento de déficit.

13.2.2 - Fundo Assistencial

O Fundo Assistencial é constituído com base no excedente superavitário verificado na apuração do resultado do Programa Assistencial, com a finalidade de suprimento de eventuais necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços assistenciais.

13.2.3 - Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é constituído pelo excedente verificado na apuração do resultado do Programa Administrativo, com a finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços administrativos.

13.2.4 - Fundo de Investimentos

O Fundo de Investimentos é constituído pelos valores cobrados a título da taxa de risco nas prestações e pela taxa de renovação, como fundo de cobertura para quitação de empréstimos, com a finalidade de cobrir a quitação por morte e na concessão de empréstimos aos participantes e pensionistas.

NOTA 14 - TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS

O NUCLEOS opera os Programas Previdencial, Assistencial, Administrativo e de Investimentos.

As transferências interprogramas foram efetuadas nas contas de resultado para registrar as cobranças e os repasses de recursos entre os citados programas, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CGPC nº. 05, de 30 de janeiro de 2002 e alterações.

NOTA 15 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO

De acordo com o plano de custeio anual estabelecido na avaliação atuarial, o custeio administrativo será coberto pelo percentual de 15% das contribuições das patrocinadoras e dos participantes e assistidos, percentual máximo previsto pela legislação atual (Resolução MPAS 01/78). A Secretaria de Previdência Complementar – SPC está desenvolvendo estudos para revisão deste percentual a fim de torná-lo mais adequado à realidade do sistema.

As despesas administrativas são apropriadas entre os programas, na proporção do comprometimento de suas respectivas atividades em relação ao custeio total, de acordo com os seguintes percentuais: Programa Previdencial 38,64% (45,50% em dezembro de 2006) e Programa de Investimentos 61,36% (54,50% em dezembro de 2006).

O custeio administrativo do Programa Previdencial totalizou R\$ 2.404 (R\$ 2.822 em dezembro de 2006), representando 8,81% (12,37% em dezembro de 2006) dos recursos coletados previdenciais correntes.

A administração do Programa de Investimentos totalizou R\$ 3.817 (R\$ 3.380 em dezembro de 2006), representando 13,99% (14,82% em dezembro de 2006) dos recursos coletados previdenciais correntes.

Vale salientar que o custeio inerente ao Programa de Investimentos é totalmente absorvido pelo respectivo programa. E o limite citado (15%) refere-se apenas à atividade do Programa Previdencial, fato que indica o enquadramento do Instituto em relação à resolução.



PARECERES





PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Diretores do

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

1. Examinamos os balanços patrimoniais do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. A determinação da composição do exigível atuarial foi conduzida sob a responsabilidade do consultor atuarial externo à entidade, e a nossa opinião, no que se refere à adequação dos cálculos atuariais, está baseada exclusivamente no parecer desse consultor.
2. Nossos exames foram conduzidos em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos do instituto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Conforme mencionado na nota 12, na avaliação atuarial efetuada no exercício de 2005, consoante as normas estabelecidas pela Resolução CGPC nº 11/2002 e pela Lei Complementar nº 109/2001, deu-se continuidade ao processo de transição da tábua de mortalidade GAM-71, utilizada até 2004, para a tábua AT-2000. Entretanto, para os exercícios de 2006 e de 2007, nas avaliações atuariais elaboradas com base nos dados cadastrais de maio de 2006 e de 2007, respectivamente, foi efetuada uma implementação gradual destes efeitos para o cálculo dos compromissos com os participantes ativos, sendo que a complementação dos efeitos irá ocorrer nos exercícios de 2008 e de 2009, respectivamente. Considerando-se a mesma base de dados cadastrais a adoção integral da tábua biométrica AT-2000 que deveria ter sido efetuada em 2005, foi implantada em 2006 e em 2007, pelos montantes de R\$ 4.116 mil e R\$ 23.200 mil, respectivamente, e ainda será complementada em 2008 e 2009 por um montante que não podemos quantificar, mas que é estimado em aproximadamente R\$ 20.000 mil.
4. Com a finalidade de adequar as premissas atuariais de crescimento real de salário, de forma a representar com precisão os compromissos do NUCLEOS com seus participantes ativos, com base em estudos estatísticos de regressão, decidiu-se implementar um aumento gradual nesta premissa em 3 anos, utilizando-se nos cálculos atuariais do exercício de 2006, 55% do valor estimado pela regressão para o crescimento real anual de salários; 22,5% ao valor adotado em 2007 e 22,5% ao valor adotado em 2008. Considerando-se a mesma base de dados cadastrais existentes em maio de 2007, a adoção do crescimento real anual de salário restante, segundo o estudo estatístico de regressão, representaria um acréscimo de R\$ 66.244 mil em 2006, que foram registrados em 2007, e de R\$ 29.100 mil em 2007, que serão registrados em 2008, na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder. Esses montantes que deveriam ter sido registrados em 2006, ainda serão complementados em 2009, por montante que não podemos quantificar, mas que são estimados em aproximadamente R\$ 30.000 mil.



5. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos 3 e 4, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações e o fluxo financeiro, referentes ao exercício findo nessa mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
6. Conforme descrito na nota 5.4, o instituto registrou provisão de liquidação duvidosa de R\$ 150.739 mil (R\$ 217.777 mil em 2006) sobre recebíveis de seus patrocinadores, sendo que em 31 de dezembro de 2007, após a homologação em juízo do termo de confissão de dívida com a INB, o saldo da provisão inclui somente a NUCLEP.
7. Conforme mencionado na nota 11.2.1, a atual diretoria ajuizou ação judicial contra os administradores da gestão de janeiro de 2003 a agosto de 2005, visando recuperar prejuízos causados ao NUCLEOS na aquisição de investimentos em títulos públicos federais e debêntures, em montante estimado em R\$ 25.696 mil, segundo apurado em trabalho realizado por empresa especializada.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2008.

Auditasse Auditores Independentes S/S
CRC - RJ n° 237


Jorge Domingues
Contador CRC-RJ n° 020.628-6



Rio de Janeiro, 11 março de 2008.

STEA: - DT/282/2008/123

Ilmo. Sr.
Dr. Luiz Cláudio Levy Cardoso
M.D. Presidente Interino do NUCLEOS

Ref.: - Parecer Atuarial sobre o Balanço de 31/12/2007 do Plano Básico de Benefício.

Prezado Senhor,

O Balanço do Plano Básico de Benefícios, CNPB N° 19.790.022-74, administrado pelo NUCLEOS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL, em 31/12/2007, apresentou perfeito equilíbrio entre os bens e as obrigações referentes às massas participantes vinculadas ao Plano.

2:- Nas *Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos*, foram considerados os valores atuais dos seguintes fluxos, em R\$ mil:

2.1:- Encargos dos Benefícios Concedidos	R\$	210.453
2.2:- Contribuições Patronais sobre os Benefícios Concedidos	R\$	(0,00)
2.3:- Outras Contribuições sobre a Geração Atual	R\$	(0,00)
2.4:- Outras Contribuições sobre as Gerações Futuras	R\$	(0,00)

3:- Nas *Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder*, avaliadas em R\$ 757.514 mil pelo método recorrente a partir da Reavaliação Atuarial Completa de MAI/2007, foram admitidos os valores atuais relacionados abaixo:

3.1:- Encargos dos Benefícios a Conceder:

3.1.1:- Geração Atual	R\$	810.046
3.1.2:- Gerações Futuras	R\$	0,00

3.2:- Contribuições:

3.2.1:- Geração Atual	R\$	(52.532)
3.2.2:- Benefícios Futuros da Geração Atual	R\$	(0,00)
3.2.3:- Gerações Futuras	R\$	(0,00)
3.2.4:- Benefícios Futuros das Gerações Futuras	R\$	(0,00)

4:- Na Reserva a Amortizar, avaliada em R\$ 69.153 mil, foram admitidos os valores atuais relacionados abaixo, em R\$ mil:

4.1:- Pelas Contribuições Especiais Vigentes:	R\$	(0,00)
4.2:- Por ajustes das Contribuições Especiais Vigentes	R\$	(69.153)

STEA - SERVIÇOS TÉCNICOS DE ESTATÍSTICA E ATUÁRIA, LTDA.

Av Rio Branco, 185 - Grupo 412 - CEP 20.040-007 - RIO DE JANEIRO - RJ
PABX (021) 2533-2167 - Tel.: (021) 2240-2808 - Fax (021) 2262-0639 - E-mail: stea@stea.com.br

5:- Para maior garantia dos compromissos, foram registrados os fundos:

4.1:- Programa Previdencial	R\$	57.258
4.2:- Programa Assistencial	R\$	1.762
4.3:- Programa Administrativo	R\$	504
4.4:- Programa de Investimentos	R\$	569

6:- Os valores das provisões matemáticas foram avaliados com base nos levantamentos de 31/05/2007, a partir das seguintes hipóteses atuariais:

6.1:- Plano de Custeio:

PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO ^(*)	ATUAL
Ativos	
pg ¹	1,500%
1o. Pa ²	0,700%
2o. Pa ³	5,600%
Patrocinador	
Percentual Geral Normal ⁽¹⁾	0,943%
Percentual Geral Extra ⁽¹⁾	10,087%
Aposentado ⁴	8,000%
Pensionista	0,000%

6.1.1:- Por exigências do Art. 18 e do Art. 21, da Lei Complementar 109/2001, tornou-se imperativa a instituição de novo plano de custeio para equacionamento do déficit do Plano.

6.1.2:- A Reavaliação Atuarial de MAIO/2007 apontou um déficit, no valor de R\$ 180.467.414,63, o qual atingiu o patamar de 21,46% do valor das respectivas provisões matemáticas. Se por um lado observamos uma boa performance financeira, por outro lado, o salário médio aumentou de R\$ 4.103,15 para R\$ 4.376,37, um crescimento de 6,66% de 2006 para 2007, e foi implantada a migração da Tábua GAM-71 para a Tábua AT-2000 (60%).

6.1.3:- O Plano de Custeio adotado na avaliação de 2006, com vigência a partir de julho/2007, representava um acréscimo médio de 156% sobre as contribuições em vigor, e, conforme previsto naquela avaliação, a taxa adicional seria suspensa e o plano de custeio revisto, na hipótese de que a patrocinadora NUCLEP viesse a firmar, com o NUCLEOS, acordo de equacionamento parcial de sua dívida, a exemplo do realizado com a INB, o que de fato ocorreu em NOV/2007.

6.1.4:- O Plano de Custeio adotado na avaliação atuarial de MAIO/2007, atualizada para DEZ/2007, manteve as contribuições em vigor, isto é, suspendeu a taxa adicional extraordinária para equacionamento do déficit prevista para vigorar a partir de JUL/2007, em razão da renegociação da dívida mencionada no item 6.1.3, conjugada com a reversão de parte do FUNDO PREVIDENCIAL em DEZ/2007, restabelecendo assim o equilíbrio técnico, em 31/12/2007.

6.2:- Taxa real de juros anuais: 6,00%.

^(*) Incluída a parcela administrativa.

¹ Aplicável ao salário de participação;

² Aplicável ao excesso do salário de participação sobre a metade do Teto Previdenciário;

³ Aplicável ao excesso do salário de participação sobre o Teto Previdenciário;

⁴ Aplicável sobre o valor do benefício.



6.2.1:- Rentabilidade real anual mínima a ser obtida pela aplicação dos recursos do Plano. Os cálculos atuariais que deram origem às provisões matemáticas contemplam volatilidade zero e nível de liquidez para honrar os pagamentos de benefícios.

6.3:- Projeção de crescimento real de salário:- 0.

6.3.1 - INB e NUCLEOS: 1,61%; ELETRONUCLEAR: 2,12% e NUCLEP: 1,67%;

6.3.2 - Esta premissa expressa a expectativa de crescimento real anual dos salários dos participantes ativos. Entende-se por crescimento real os aumentos salariais decorrentes de promoção, produtividade, anuênios, quinquênios, etc.

6.4:- Projeção de crescimento real do maior salário de benefícios do INSS – NULA.

6.5:- Projeção de crescimento real do benefício do plano – NULA.

6.6:- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo - Expressa o ganho atuarial ao longo do tempo decorrente da perda de massa salarial, de benefícios da entidade e de benefícios do INSS, por força da política de reajuste anual sob um ambiente de inflação mensal.

6.6.1:- Dos Salários: 1,0000.

6.6.2:- Dos Benefícios da entidade: 0,976228.

6.6.3:- Dos Benefícios do INSS: 1,0000.

6.7:- Gerações futuras de novos entrados: NULA

6.7.1:- Na avaliação atuarial das provisões matemáticas, não foram consideradas as futuras admissões de novos empregados. Os novos entrados posteriores a maio/2007 serão contemplados nas avaliações seguintes, quando será constatada a efetiva ocorrência.

6.8:- Rotatividade: NULA.

6.8.1:- INB, ELETRONUCLEAR E NUCLEP = 1% até 47 anos; NUCLEOS = 5%;
Acima de 48 anos nula para todas as patrocinadoras.

6.9:- Tábua de mortalidade de válidos: PARTICIPANTES ATIVOS: GAM-71, com migração para AT-2000 a 60% e PARTICIPANTES ASSISTIDOS: AT-2000.

6.9.1:- Tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo válido falecer antes de atingir a próxima idade.

6.10:- Tábua de mortalidade de inválidos: AT-49 agravada em 100%.

6.10.1:- Tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo inválido falecer antes de atingir a próxima idade.

6.11:- Tábua de entrada em invalidez: ÀLVARO VINDAS.

6.11.1:- Tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo válido tornar-se inválido antes de atingir a próxima idade.



6.12:- Hipótese sobre a composição familiar de pensionistas:

6.12.1: Encargo Médio de Herdeiros.

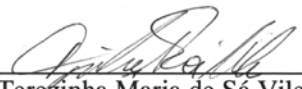
6.12.1.1: Esta hipótese expressa a probabilidade do participante estar casado e o espectro atuarial dos beneficiários: quantidade, idade e sexo.


7:- Na avaliação atuarial de 2005, a Tábua GAM-71 adotada até 2004 foi substituída pela Tábua GAM-71 com migração para AT-2000 em 5 anos (20%), o que obedeceu ao padrão mínimo estabelecido pela legislação pertinente na época (Resolução CGPC 11, de 21/08/02, revogada pela Resolução CGPC 18, de 28/03/06).


7.1:- Nesta avaliação foi adotada a Tábua AT-2000, para os participantes assistidos, e a tábua GAM-71 com migração para AT-2000 (60%), para os participantes ativos, o que ainda não atende plenamente à imposição estabelecida no item 2 do Anexo da Resolução CGPC 18, de 28/03/06, para adoção da tábua AT-83. De acordo com o item 2.3 do referido Anexo é permitida a implementação gradual ao disposto no item 2, até 31 de dezembro de 2008.

8:- Os resultados da presente avaliação atuarial foram obtidos com base na posição cadastral de DEZ/2007 da massa de benefícios concedidos, e de MAIO/2007, da massa de benefícios a conceder. Ambos os cadastros foram considerados satisfatórios quanto à consistência dos dados.

Sendo o que, no momento, se nos oferece, renovamos a V.Sa. protestos de estima e consideração.


Terezinha Maria de Sá Vilela
MIBA 1492


pp Rosângela Cristina Souza da Costa
MIBA 890


Serv. Téc. de Estatística e Atuária STEA Ltda.
CIBA Nº 01

AP/.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Emitido na 33ª. Reunião do Conselho Fiscal
Realizada em 14 de março de 2008**

O Conselho Fiscal de acordo com o previsto no capítulo XI, artigo 52 do Estatuto do Nucleos – Instituto de Seguridade Social, reunido nesta data em sua sede situada na Rua Rodrigo Silva, nº 26 – 15º andar, na cidade do Rio de Janeiro, procedeu à análise do Balanço Patrimonial, das Demonstrações de Resultado, da Composição do Passivo Atuarial, das Notas Explicativas, bem como dos Pareceres dos Auditores Independentes Auditasse - Auditores Independentes S/S e do Atuário STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda., referente ao exercício findo em 31/12/2007.

Baseado na documentação que nos foi encaminhada e nas análises procedidas por Auditasse Auditores Independentes S/S, o Conselho Fiscal é de opinião que as peças examinadas traduzem de modo adequado a situação contábil e financeira do NUCLEOS.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2008.



Judson Wilian Monteiro de Souza
Presidente



Gilberto da Silva Campos
Membro Titular




Sylvio Patápio Moreira
Membro Suplente

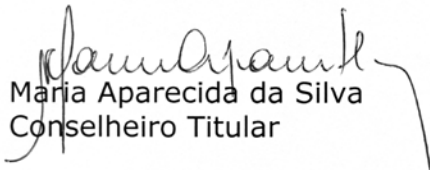
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, em sua 135.ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de março de 2008, consoante o previsto no Capítulo VIII, art. 35, do Estatuto do NUCLEOS, examinou e aprovou, por unanimidade, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, o Fluxo Financeiro, a composição do Passivo atuarial, e as Notas Explicativas, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007.

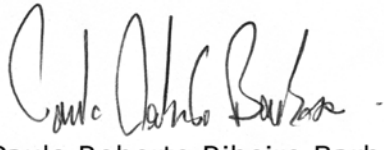
Baseado nas análises procedidas pela empresa de atuária STEA – Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda, pela Auditasse Auditores Independentes S/S, do parecer do Conselho Fiscal e as explicações/justificativas prestadas pelo Diretor Financeiro e o Assessor da Diretoria Executiva do NUCLEOS, foi verificado que as Demonstrações Contábeis, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, Demonstrações do Fluxo Financeiro, Composição do Passivo Atuarial e nas Notas Explicativas representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS em 31 de dezembro de 2007.



Norman Victor Walter Hime
Presidente do Conselho



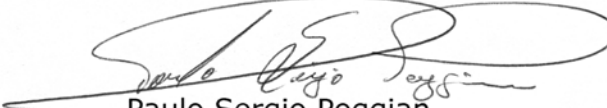
Maria Aparecida da Silva
Conselheiro Titular



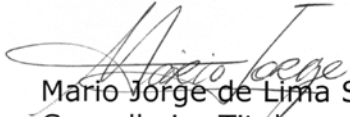
Paulo Roberto Ribeiro Barbosa
Conselheiro Titular



José de Mello Vilella
Conselheiro Titular



Paulo Sergio Poggian
Conselheiro Titular



Mario Jorge de Lima Soares
Conselheiro Titular





Rua Rodrigo Silva, 26 / 15º andar - CEP: 20011-040 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3970-3682 - www.nucleos.com.br